

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO ESTADO DO CEARÁ
centralização administrativa

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas, da Escola de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Biblioteconomia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Belo Horizonte
1982

Souza, Francisco das Chagas de
Publicações oficiais do Estado do
Ceará: centralização administrativa.
Belo Horizonte, Universidade Federal
de Minas Gerais/Escola de Biblioteconomia, 1982.
141 p.

1. Editoração oficial - Ceará.

"PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO ESTADO DO CEARÁ: centralização administrativa"

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

Tese defendida e aprovada pela Banca Examinadora constituída dos Senhores:

Professor

Professor

Orientador:

Professor Paulo da Terra Caldeira.

Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas
Belo Horizonte, de de 1982.

A Meu Pai
A Minha Mãe
A Meu Irmão
A Minhas Irmãs
A Minha Esposa

D E D I C O

Agradeço a todos que comigo colaboraram para o alcance deste Grau. Sem essa colaboração de colegas, amigos e instituições o caminho teria sido mais difícil.

O AUTOR

"Creio em tudo que disse. Talvez exagerasse umas coisas e minoras se outras. Mas isto é o que todos fazem, quando pensam o que quer que pensam, contanto que oensem por si, por sua conta e risco"

Eudoro de SOUSA. Mitologia. p. 11

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Proporção de órgãos e razões aceitas para a existência de política de editoração nos orgãos, 64
- Gráfico 2 - Proporção de órgãos que possuem profissio - nais na área de editoração, 68
- Gráfico 3 - Proporção de órgãos e tarefas executadas pe lo bibliotecário, 71
- Gráfico 4 - Proporção de órgãos e itens verificados no acompanhamento da produção, 75
- Gráfico 5 - Proporção de órgãos e decisão tomada pelo órgão em caso de erro gráfico, 78
- Gráfico 6 - Proporção de distribuidores por destinatã - rios das publicações oficiais do Ceará, 84
- Gráfico 7 - Proporção de órgãos que apresentam razões e razões para a existência de bibliotecas depositárias no Ceará, 89

TABELAS

- Tabela 1 - Número de órgãos pesquisados por setor da administração, 53
- Tabela 2 - Tempo de criação dos órgãos públicos do Estado do Ceará, 54
- Tabela 3 - Número de órgãos criados nos anos setenta e anos anteriores, por setor da administração, 57
- Tabela 4 - Instrumentos definidores da política de editoração nos órgãos, 61
- Tabela 5 - Consideram válida a política de editoração nos órgãos, 62
- Tabela 6 - Razões para a existência da política de editoração nos órgãos, 63
- Tabela 7 - Número de órgãos que possuem equipe de editoração, 64
- Tabela 8 - Qualificação profissional dos elementos que os órgãos possuem na área de editoração, 66
- Tabela 9 - Tarefas executadas pelo bibliotecário, 70

- Tabela 10 - Itens verificados através do acompanhamento da produção do livro, 74
- Tabela 11 - Decisão tomada pelo órgão no caso da publicação apresentar erro gráfico, 76
- Tabela 12 - Procedimentos adotados para a atualização do cadastro dos recebedores de publicações, 81
- Tabela 13 - Vinculação profissional ou administrativa dos recebedores das publicações, 82
- Tabela 14 - Razões favoráveis à existência de biblioteca depositária de publicações oficiais em Fortaleza, 87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, 12
2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, 14
 - 2.1 Objetivos, 14
 - 2.2 Justificativa, 15
3. MATERIAL E MÉTODOS, 16
 - 3.1 Hipótese, 16
 - 3.2 Material, 18
 - 3.3 Métodos, 21
 - 3.4 Definição de termos, 23
 - 3.5 Limitação, 25
4. REVISÃO DA LITERATURA, 26
 - 4.1 Abordagem geral, 26
 - 4.2 Publicação oficial, 29
 - 4.2.1 Administração pública, 30
 - 4.2.2 Pessoal da área de editoração e controle qualitativo, 32
 - 4.2.3 Distribuição de publicações e bibliotecas depositárias, 33
 - 4.2.4 Controle bibliográfico, 35
 - 4.2.5 Centralização editorial, 36
 - 4.2.5.1 Centralização editorial nos Estados Unidos, 36
 - 4.2.5.2 Centralização editorial na Europa, 38
 - 4.2.6 Publicações oficiais estaduais nos Estados Unidos, 40

- 4.2.7 Publicações oficiais no Brasil, 41
- 4.2.8 Coordenação ou centralização, 45
- 5. O SISTEMA DE PUBLICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 47
 - 5.1 Poder Executivo estadual, 47
 - 5.2 Análise geral, 52
- 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO, 58
 - 6.1 Interferência da administração pública na editoração da publicação oficial, 58
 - 6.2 Existência de pessoal especializado, 65
 - 6.3 Controle qualitativo do produto impresso, 73
 - 6.4 Existência de programas de distribuição, 80
 - 6.5 Controle bibliográfico das publicações oficiais do Ceará, 85
- 7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES, 90
 - 7.1 Conclusões, 91
 - 7.2 Sugestões, 96
- 8. BIBLIOGRAFIA, 99
- 9. ANEXOS, 117
 - 9.1 Relação dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Ceará, 118
 - 9.2 Ementário da Legislação de criação dos órgãos, 121
 - 9.3 Ficha de registro de dados legislativos, utilizada na pesquisa, 128
 - 9.4 Questionário aplicado durante a pesquisa, 129

RESUMO

Esta investigação sobre a editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará, desenvolveu-se tendo em vista um contexto existente no próprio Estado e considerou alguns aspectos assinalados pelo estudo da administração quanto às vantagens da centralização. Também levou em conta a literatura existente sobre publicações oficiais, que enfatiza ser a centralização da editoração, de tais publicações, o meio mais adequado para melhorar seu padrão de apresentação e normalização bibliográfica, a otimização do controle bibliográfico e o desenvolvimento do sistema de distribuição. Como resultado foi aceita a hipótese que reconhece ser necessária a centralização da editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

Podê-se aceitar ser o estudo de publicações oficiais no Brasil, em qualquer dos seus aspectos, uma preocupação recente e que surgiu, aparentemente, sō nos ũltimos quarenta anos, coincidindo com a fase em que o paĩs começou a industrializar-se. Essa preocupação, no entanto, tornou-se mais aguda na dēcada passada e desenvolvida, na prātica, nos ũltimos sete anos.

Assim, toda e qualquer preocupação com o estudo da publicação oficial no Brasil, traz como principal barreira a falta de uma extensa bibliografia natural nos assuntos recém-investigados.

Um estudo nesse assunto deve-se permitir uma busca em áreas afins de argumentos e idēias para que seja possĩvel a montagem de uma metodologia de trabalho que ao final possa atender ā extensāo das hipōteses postas em verificaçāo e ainda deve-se permitir a busca de literatura estrangeira mais desenvolvida na área.

O presente trabalho mostra o resultado da pesquisa aplicada junto aos ōrgāos pūblicos do Poder Executivo do Estado do Cearā. A metodologia de pesquisa estabeleceu, com respaldo na literatura, cinco variāveis. Essas sāo: 1) Administraçāo pūblica - a mais abrangente e desencadeadora das demais; 2) Pessoal especializado na editoraçāo de publicaçāo oficial; 3) Con -

trole de qualidade do produto impresso; 4) Programas de distribuição de publicações e 5) Controle bibliográfico das publicações oficiais do Estado.

A partir das variáveis montou-se toda a estratégia de trabalho, visando a descoberta de como se realiza a editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará e a postura dos órgãos diante do assunto.

A análise foi facilitada pelo fato do Estado do Ceará possuir uma estrutura de produção gráfica das publicações oficiais diferente da maioria dos outros estados brasileiros. Mesmo que essa estrutura crie alguns dos problemas hoje existentes na editoração pública do Estado do Ceará, certamente tem grandes possibilidades de atingir excelente nível com poucos ajustes.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Objetivos

São objetivos da pesquisa:

1. Identificar se a administração pública contribui para a geração de defeitos técnicos de editoração nas publicações oficiais do Estado do Ceará;

2. Identificar a existência de pessoal especializado nos órgãos editores e observar se seu desempenho contribui na geração de defeitos técnicos de editoração nas publicações oficiais do Estado do Ceará;

3. Identificar a existência de controle qualitativo do produto impresso e se sua inexistência contribui na geração de defeito técnico de editoração nas publicações oficiais do Estado do Ceará;

4. Identificar a existência de programas de distribuição de publicações pelos órgãos editores e se sua inexistência dificulta a divulgação e utilização das publicações oficiais do Estado do Ceará;

5. Identificar a existência de controle bibliográfico das publicações oficiais do Estado do Ceará e se sua presença ou ausência contribui para facilitar ou dificultar a divulgação e utilização das mesmas.

2.2. Justificativa

O estudo justifica-se a partir de uma situação empiricamente observada e assistematicamente acompanhada, a qual demonstrava que o contexto em que se elabora e produz as publicações oficiais do Estado do Ceará é falho nos aspectos de acessibilidade do público, normalização e apresentação bibliográfica, divulgação e depósito das publicações.

Esse contexto é decorrente de duas causas :

1) Alta interferência do poder decisório dos governantes do Estado; 2) Monopólio de impressão da Imprensa Oficial do Estado do Ceará (IOCE), sobre todos os órgãos públicos estaduais.

Essas causas sem a ocorrência de uma centralização da editoração das publicações empobrecem o programa de publicações oficiais do Estado, sua qualidade editorial; ficando então, a acessibilidade do público e das bibliotecas seriamente comprometida.

A análise de variáveis que possa indicar a necessidade de centralização da editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará foi portanto, a preocupação da pesquisa e fundamenta-se no fato de o Estado moderno necessitar de melhorar a editoração de suas publicações oficiais, permitindo-lhes adquirir boa qualidade, boa divulgação e ampla utilização pela população.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Hipótese

Em virtude da natureza do assunto e das discussões hoje correntes em todo o contexto sócio-econômico, a hipótese está apresentada como segue:

. Considerando a luta ideológica que hoje se trava no mundo entre 'centralização' x 'descentralização' dos meios, processos e elaboração de produtos sociais¹;

. Considerando o fato de que autores estrangeiros² ao tratarem do assunto editoração pública reconhecem que nessa área se trava longa batalha nos Estados Unidos, quanto ao aspecto de 'centralizar' ou 'descentralizar';

. Considerando que teóricos da administração³ admitem ser a centralização uma forma de racionalização de recursos, bem como de uniformização de métodos e tarefas

. Considerando o fato de certos teóricos⁴ admitirem

1 Cf. os itens: 10, 11, 18, 109, 119 e 149 arrolados na Bibliografia.

2 Cf. item 17 da Bibliografia.

3 Cf. item 109, p. 15-55.

4 Cf. item 109, p. 88-118.

ser a centralização operacionalizável em três níveis: decisório; funcional ou administrativo e geográfico ou de execução;

. Considerando que as publicações oficiais do Estado do Ceará, seguindo o modelo internacional e historicamente identificado (34)⁵ tem seu processo de impressão centralizado⁶;

. Considerando que: 1) por medida legislativa a produção dos serviços gráficos é centralizada; 2) esta medida legislativa resulta do exercício do poder dos dirigentes do Estado, ou seja, é a centralização decisória; 3) essas duas medidas, como formuladas, contribuem bastante para a atual situação caótica das publicações oficiais do Estado do Ceará quanto aos aspectos de apresentação gráfica, normalização bibliográfica, qualidade do produto impresso e distribuição;

Estabeleceu-se como hipótese para este trabalho o seguinte:

É necessário a centralização da editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará a nível administrativo ou funcional.

5 Esta numeração refere-se aos trabalhos arrolados na Bibliografia.

6 O Decreto (estadual) nº 12.540, de 04 de novembro de 1977, estabelece: Art. 1º - A aquisição de materiais e a execução de serviços gráficos, por parte da administração estadual direta, das Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações do Estado "ex vi" do art. 14 da

3.2. Material

A pesquisa de campo foi realizada em novembro de 1981 nos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo do Estado do Ceará. Tais órgãos, até aquela data, somavam o número de cinquenta e sete, estando incluídos os de assessoramento direto do Governador do Estado (Anexos 1 e 2).

Com a eliminação de cinco órgãos que pela natureza de suas atividades não têm a preocupação com a realização de atividades editoriais, restaram cinquenta e dois, representando a administração direta, a administração indireta e as fundações⁷.

Lei nº 9.950, de 14 de outubro de 1975, somente poderão ser realizados na Imprensa Oficial do Ceará - IOCE, ainda quando os recursos correrem à conta de convênios ou suprimentos de fundos, observadas as prescrições cabíveis na espécie."

⁷ Cf. itens 61, 62, 94, 97, 108 e 125 arrolados na Bibliografia.

Os órgãos da administração direta são as secretarias de estado; os da administração indireta são as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. As fundações representam uma categoria à parte, legalmente não se enquadrando na classificação anterior.

Na fase de análise, os órgãos foram tratados de modo semelhante independentemente de estarem sob a administração direta, indireta ou serem fundações. Isso ocorreu porque tanto as fundações, quanto as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, apesar da diferenciação jurídica entre a primeira e as demais, sofrem a supervisão das secretarias de estado às quais se vinculam e são por estas gerenciadas, na medida em que seus dirigentes são indivíduos de confiança dos secretários de estado⁸. Assim, esse critério de uniformização político-administrativo permitiu que a pesquisa formulasse um só critério de interpretação dos dados.

O profissional procurado para expressar o pensamento da instituição, ao nível da pesquisa foi o bibliotecário, por ser esse o que mais sente as consequências de uma ineficiente política de editoração (34).

⁸ Cf. os itens 53 e 99 arrolados na Bibliografia.

No caso do órgão não possuir bibliotecário procurou-se então pessoas responsáveis pelo setor de administração. Para isso foi dada preferência a chefes ou diretores administrativos. Esses indivíduos, normalmente, estão em posição chave de decidir o que será publicado. Embora em vários casos não conheçam com profundidade o conteúdo de alguns originais propostos para publicação, precisam ser convencidos a liberar recursos necessários para impressão. Essa posição privilegiada do diretor administrativo prende-se ao fato de assumir a gerência financeira do órgão, na maioria das entidades entrevistadas.

Além da pesquisa de campo utilizou-se a legislação do Estado (27, 30) com o objetivo de descobrir-se a preocupação com uma sistematização da edição da publicação oficial no Estado do Ceará; também foram levantados todos os documentos legais que criaram ou autorizaram a constituição dos órgãos.

3.3. Métodos

Iniciou-se a pesquisa pela consulta aos códigos de leis estaduais, ementários e diários oficiais do Estado do Ceará que pudessem oferecer respostas aos termos EDITORAÇÃO, EDITORAÇÃO OFICIAL, PUBLICAÇÕES OFICIAIS, IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS, no período de 1960 a 1981, sendo utilizada nessa etapa do trabalho uma ficha de anotação de informações elaborada para permitir o registro imediato dos dados encontrados (Anexo 3).

Em busca de dados de informação geral sobre os órgãos, consultou-se Guias de endereços (51) e "folder" editado pela Coordenadoria de Estatística e Informática, da Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (83). Através desses instrumentos foi possível conhecer a identidade e localização de todos os órgãos do Executivo estadual.

Foi elaborado um questionário com trinta e oito questões (Anexo 4) para ser aplicado na busca de informações a respeito da situação interna dos órgãos face à editoração. Esse questionário apresenta mais de cento e vinte e cinco possibilidades de respostas, tendo um certo nível de estruturação e reflete a intenção de verificação das cinco variáveis postas em estudo. Assim sendo, há questões cuja resposta permitirá observar uma ou mais das variáveis a seguir: 1) Administração Pública; 2) Pessoal envolvido com a execução das tarefas de editoração; 3) Controle de qualidade das impressões; 4) Distribuição das publicações e 5) Controle bibliográfico.

O maior número dessas questões busca informar-se sobre a administração pública e um número menor sobre o controle da qualidade, de vez que este último aspecto está diretamente relacionado com o aspecto do "pessoal envolvido com a editoração".

No questionário há ainda questões com mais de uma possibilidade de análise, desde que correlacionadas com outras anteriores ou posteriores.

Outra preocupação do questionário foi oferecer explicação sobre as áreas que estão sendo exploradas para que o respondente pudesse desembaraçar-se de algum problema de terminologia, durante o ato de responder.

As respostas com vistas ao oferecimento de solução para a hipótese proposta, tiveram seus dados processados sem a utilização de recursos sofisticados; operou-se a partir da interpretação das frequências simples (percentagens) das informações levantadas, em combinação com algumas respostas obtidas através da pesquisa legislativa, realizada na primeira fase do trabalho.

3.4. Definição de termos

Alguns termos foram definidos previamente para que se pudesse instrumentalizar e dar uma direção unilínea à pesquisa.

Assim sendo, definiu-se as seguintes expressões ou frases:

EDITORAÇÃO - é a atividade de produção de uma publicação em fases que se identificam com:
1) trabalho de responsabilidade intelectual; 2) trabalho de responsabilidade técnica (normalização bibliográfica dos originais, revisão e acompanhamento da produção gráfica); 3) trabalho de distribuição.

CENTRALIZAÇÃO EDITORIAL - (ao nível administrativo) - é a reunião das fases 2 e 3 da edição sob uma norma legislativa ou sob uma instituição.

DEFEITO TÉCNICO DE EDITORAÇÃO - é o defeito provocado pela inobservância de normas de edição recomendadas pelos órgãos normativos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e Comissão de Publica -

ções Oficiais Brasileiras - CPOB), bem como o decorrente de falhas na composição, impressão a acabamento da publicação.

ÓRGÃOS - Todas as repartições públicas ligadas ao Poder Executivo do Estado do Ceará, independentemente de se subordinarem à administração direta, indireta ou de serem fundações.

PESSOAL ESPECIALIZADO - Grupo de profissionais cujas atividades são necessárias ao desenvolvimento de um programa de editoração. Este grupo deve contar com a presença, entre outros, dos seguintes profissionais: 1) Bibliotecário; 2) Técnico Gráfico e 3) Revisor de Textos.

CONTROLE QUALITATIVO - É o acompanhamento da produção gráfica, consistindo na revisão de provas dos originais, montagem do texto, verificação de obediência às especificações como: formatação, tipo escolhido, corpo do tipo indicado, correção da composição do texto, principalmente de bibliografias e fichas catalográficas, colocação de texto (título) na lombada da publicação, inscrição correta do título na capa e folha de rosto.

3.5. Limltação

Como limitação ao trabalho, não foi visto o aspecto de custos financeiros da produção impressa das publicações oficiais do Estado do Ceará. A ausência de tratamento nesta pesquisa de assunto tão significativo ocorre pelo fato de que ele não constitui a mínima preocupação para a quase totalidade dos editores oficiais. O que se verifica em qualquer análise semelhante é realizada é que a 'necessidade' ou 'oportunidade' em publicar tal ou qual texto é o argumento definitivo.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. Abordagem Geral

As mais significativas discussões e/ou teorizações sobre a centralização administrativa (109) conduzem aos aspectos de centralização econômica e política (10, 11, 12, 18, 97, 99, 125, 149) e enveredam também pela área da Ciência do Direito (53).

Aprofundando-se mais um pouco, a discussão passa a ser setorizada nas categorias ou áreas do serviço público e se estabelece em nível de empresas públicas (61) ou a todos os ramos integrantes da chamada administração indireta (62), chegando às fundações que segundo alguns pertencem a administração indireta e que segundo outros constitui uma categoria própria (94).

Aspectos mais objetivos em relação a este trabalho motivam a observação de idéias essenciais da área de administração e conduzem ao estudo do trabalho 'Introdução à Organização Burocrática' (109) no qual os autores (Motta & Pereira), numa abordagem puramente administrativa "examinam a burocracia exclusivamente em termos de organização burocrática e consideram algumas vantagens na centralização":

1) As decisões mais importantes são tomadas pelas pessoas mais capazes;

2) Há necessidade de menor número de administradores de alto nível;

- 3) Hã uniformidade de diretrizes e normas;
- 4) A coordenação torna-se mais fácil;
- 5) Aproveita-se mais o trabalho dos especialistas;
- 6) Torna a identificação dos administradores de nível médio com a organização menos decisiva;
- 7) Possibilita a realização de compras em larga escala.

Vê-se que as idéias arroladas identificam-se claramente com a Escola de Administração Científica. São, contudo, princípios largamente considerados e adaptáveis a qualquer categoria de empresas ou órgãos do setor público e privado, atendendo aos aspectos de eficiência e uniformidade.

Em contraposição a tais idéias, os mesmos autores (Motta & Pereira) mostram as seguintes vantagens da descentralização:

- 1) Contribui para a elevação do moral das organizações;
- 2) Concentra a atenção da administração nos resultados;
- 3) Estimula a iniciativa dos administradores de nível médio;

- 4) Facilita a identificação do administrador com os objetivos da organização;
- 5) É um meio de treinamento de administradores;
- 6) É um meio de testar administradores;
- 7) Alivia a carga de trabalho dos administradores de cúpula;
- 8) Facilita a concorrência interna.

As idéias acima enfocadas são derivadas do pensamento da Escola de Relações Humanas e colocam o trabalhador no centro da discussão.

Essas duas baterias de princípios que se contrapõem seriam suficientes para provocar uma discussão definitiva sobre que rumo dar à editoração da publicação oficial.

Por sua característica, a atividade editorial deve ater-se a padrões, normas e princípios que, apesar de flexíveis, possam ser considerados uniformes. Isso só seria conseguido dentro de uma visão administrativa centralizadora onde os mais capazes decidem e onde as normas e diretrizes podem ser uniformes. Esse privilégio da do ao produto final é exatamente o que deve procurar o editor e mais ainda o editor oficial, pois numa administração descentralizadora a concorrência interna será um elemento altamente desestabilizador das normas e padrões desejáveis para uma bem orientada atividade técnica-editorial.

Na segunda parte desta revisão, ver-se-á que a editoração de publicações oficiais tende para a centralização e muitos dos textos citados apresentam indicações de tentativas já praticadas.

4.2. Publicação Oficial

Vasta literatura sobre publicações oficiais vem emergindo de há muito nos países mais desenvolvidos. Boa parte em periódicos (2, 7, 56, 66, 96, 121), proceedings (119), etc. e outro tanto em forma de livros. Estes últimos tanto analíticos (63), históricos (65), quanto manuais de trabalho (71) para os profissionais bibliotecários.

A emergência de preocupação com o assunto fez surgir também a necessidade dos especialistas envolvidos promoverem encontros, simpósios, seminários e pesquisas⁹ (34, 119, 132, 133, 134, 135, 136, 137) onde além dos aspectos produção, controle e distribuição há a preocupação com a maneira das bibliotecas obterem, processarem e manterem essas grandes coleções de publicações oficiais.

⁹ A seção de publicações oficiais da IFLA, por interesse da Unesco, recebeu a incumbência de preparar e distribuir para aproximadamente 400 bibliotecas em 50 países, um questionário sobre disponibilidade e uso de

Essas coleções resultam de três fatores: 1) os publicadores e os bibliotecários acreditam-nas importantes para o público (14:60); 2) o Estado tem-se tornado um grande produtor de informações (47:116) e 3) a publicação oficial vem adquirindo considerável importância no campo da educação (48:87).

Esses fatores criam novas perspectivas em torno dos aspectos da produção impressa, a ã considerando a administração pública, com seus regulamentos e normas; o pessoal, considerando os especialistas gráficos, revisores e documentalistas; o controle qualitativo da produção impressa, a ã considerando a atividade do pessoal; a distribuição, considerando tanto a distribuição livre de encargo quanto a distribuição feita por venda; o controle bibliográfico, através da bibliografias e 'checklists' e as bibliotecas depositárias.

4.2.1. Administração pública

A administração pública tem influenciado de diversas maneiras na editoração de publicações oficiais. No entanto um aspecto comum é ressaltado: uma visível inexistência da instituição editora. Na maioria dos casos o que existe são as gráficas oficiais (34:353).

publicações oficiais. O final do estudo estava previsto para 30 de novembro de 1980. (IFLA Journal, 6 (2):196, May 1980)

Os Estados Unidos com o Government Printing Office - GPO (95) e vários outros países têm órgãos que são antes de tudo instituições impressoras. Entretanto a Dinamarca tem no STATENS TRYKMINGSKONTOR (58) uma instituição parecida com uma central de editoração e o Estado da Tasmânia (em uma pesquisa feita por Cherns (34) entre 19 governos e 9 organizações internacionais) parece ter a função de editor colocada em algum instituto individual (34:353). Por outro lado, o caráter empresarial dessas impressoras oficiais pode ser considerado um fato universal.

Neste aspecto o Government Printing Office (Estados Unidos), o Her Majesty's Stationery Office (Grã-Bretanha), os órgãos instalados na Suécia, Holanda e Itália parecem ser os mais desenvolvidos, posto que eles próprios além de vender seu trabalho ao órgão responsável pela edição mantêm livrarias e serviço de assinaturas das publicações dispondo, assim, de um contato direto com o público.

No aspecto puramente de controle e subordinação administrativa percebe-se a diferença de enfoque n'alguns países.

Nos Estados Unidos "Administrativamente o Government Printing Office é parte do Congresso (...) e está especificamente sob a supervisão do Congressional Joint Committee on Printing, que é constituído de três Senadores e três Deputados" (17:480). Já em outros países a subordinação está vinculada ao Poder Executivo .

Um caso característico é o da Itália, onde "...apenas a Presidência do Conselho de Ministros (através do) Serviço de Informação e Copyright, do Instituto Central de Estatística e do Instituto Poligráfico do Estado, publica e distribui no país e no estrangeiro, uma completa série de documentos referentes ao panorama geral da vida italiana" (67:315).

4.2.2. Pessoal da área de editoração e controle qualitativo.

O pessoal envolvido na editoração das publicações oficiais mereceu pouco tratamento na literatura. Isso ocorre provavelmente pelo fato da literatura analisada ser, em sua maioria, uma literatura biblioteconômica e por isso mesmo enfocando o assunto sob o ponto de vista bibliotecário, isto é, sobre a obtenção, processamento e manutenção do acervo.

Admitindo a inexistência de preocupação explícita com a amostra do desempenho do pessoal, esse aspecto pode ser considerado implícito quando do tratamento do controle qualitativo da produção. Assim, no artigo sobre publicações oficiais na Holanda há um trecho marcante sobre controle da produção onde é afirmado que "Vários anos de estudo produziram um leiaute completamente novo e um projeto gráfico contemporâneo que tornarão todos as publicações parlamentares acessíveis o mais rápido possível. A intenção é que cada documento impresso seja provido de referências enquanto ele está sendo preparado, e de um índice de assuntos e nomes (114:344).

Nesse quadro acima expresso por Oltheten (114), percebe-se claramente a atuação do documentalista ou bibliotecário e do técnico gráfico. Evidentemente, pode-se crer também na presença de revisores redacionais ou de texto.

O italiano Graziani (67) também faz uma rápida referência à preparação editorial das publicações oficiais de seu país.

4.2.3. Distribuição de publicações e bibliotecas depositárias.

A 'distribuição de publicações' é comumente abordada na literatura e está relacionada com o 'controle bibliográfico' e a presença ou não de 'bibliotecas depositárias'. Através destas, há a distribuição livre para o público, ocorrendo em vários países através da forma de empréstimo bibliotecário.

Naturalmente esta forma de distribuição depende da extensão do país, do número de órgãos editores e da natureza do material que publicam, bem como dos custos de produção. Aliás, este último aspecto só recentemente vem sendo levado em conta. Os Estados Unidos, país que para cumprir a risca o título 44 do 'United States Code' sempre distribuiu as publicações de seus órgãos públicos por todo o seu território, já fez mais de uma tentativa de simplificação dessa distribuição, pois o número de publicações impressas cresceu assombrosamente (37:59). A primeira

tentativa foi a revisão da Lei das Bibliotecas depositárias de 1895, no ano de 1922, cujo objetivo era não sobrecarregar as bibliotecas menores. De acordo com essa reforma em vez das bibliotecas depositárias receberem todas as publicações, elas passariam a selecioná-las com antecedência. O resultado imediato da nova Lei foi a divisão das bibliotecas em dois grupos: as depositárias 'totais' e as depositárias 'seletivas', que escolhiam uma cobertura mais limitada de assuntos (55:178). Isto transformou um quinto das 545 depositárias em depositárias seletivas, diminuindo a amplitude de distribuição por parte do GPO.

Outra tentativa ocorreu em 1926, com o estabelecimento de um sistema de depositárias regionais, que correspondia, em totalidade da coleção, às anteriores depositárias totais e colocava todas as outras bibliotecas depositárias numa base seletiva (55:179). Através dessa reforma, as bibliotecas mais amplas: as depositárias regionais, foram reduzidas a 35 e localizadas em 29 estados. Essas tentativas são necessárias, pois até 1965 havia nos Estados Unidos um total de 866 depositárias de publicações oficiais federais, incluindo-se as 35 regionais (19:34-36). Mesmo com todos os esforços de contenção, em 1979 foi registrada a existência de 1300 bibliotecas depositárias das publicações federais (9).

Ainda que nos Estados Unidos as bibliotecas depositárias estejam sempre aumentando em número há quem acaunte a possibilidade do estabelecimento de uma grande biblioteca depositária nacional, que contribua para que as demais se tornem seletivas (44:4).

4.2.4. Controle bibliográfico

O controle bibliográfico de publicações oficiais é altamente necessário para a redução do custo de obtenção de determinada obra. Este tópico é bastante discutido na literatura, onde é ênfatizada sua ausência, seu desconhecimento, suas falhas, dentre outras coisas.

Em relação ao controle bibliográfico nos Estados Unidos Brock diz: "O Governo não dispõe para si mesmo de uma lista ou coleção completa de suas publicações, mesmo na Biblioteca do Congresso (17: 489).

O desconhecimento existe também da parte de alguns profissionais bibliotecários, talvez a costumados com a incerteza da existência de controle em algumas áreas. Apesar disso, Bertalan (15) afirma que existem algumas fontes de referência de utilidade variada" (15:144). E tanto há bibliografias (92) como também bibliografia de bibliografias (128). Nos Estados Unidos houve também a preocupação com a compilação de Bibliografias de Publicações Oficiais de outros países, existentes no acervo da Library of Congress (113).

O controle bibliográfico apesar de receber bom nível de atenção nos Estados Unidos é feito por mais de uma entidade (60). E na maioria dos outros países é bastante falho, inclusive no Brasil (46:49). Isso talvez se deva ao fato do interesse no controle bibliográfico ser mais da classe bibliotecária que de quaisquer outras classes profissionais (34:352).

4.2.5. Centralização editorial

Grande parte da literatura apresenta a solicitação ou lamenta a inexistência de uma centralização das atividades de editoração da maioria dos governos, seja a nível federal, estadual ou municipal. Apesar de que a nível federal seja mais comum alguma centralização, esta é mais de caráter gráfico (impressão), possivelmente em função da motivação histórica identificada por Cherns (34:353).

4.2.5.1. Centralização editorial nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, segundo trabalho escrito em 1958 (47) "Os órgãos do governo federal tomam suas próprias decisões sobre o que será publicado e como deve ser publicado e provêm seu próprio controle editorial e financeiro (47:118)

Em 1965, naquele país, a situação era aproximadamente a mesma, havendo, contudo, vários programas de publicação e distribuição sobrepondo-se e entrecruzando-se numa emaranhada confusão administrativa e operativa (17:478), posto que de acordo com o Código dos Estados Unidos todas as impressões, encadernações e trabalhos impressos para o Congresso, o Executivo, os Ministérios, Escritórios independentes e estabelecimentos do Governo devem ser feitos no Government Printing Office. Certas exceções que a Lei previa resultaram no estabelecimento não de um, porém de mais de 340 instalações de gráficas governamentais (17:480). Isso, porém, era resultado de grande e complexa história de centralização x descentralização da impressão governamental (17:481).

Apesar do aparente caos os Estados Unidos mantêm as instalações impressoras governamentais sob firme controle do Congresso, através do Joint Committee on Printing que autoriza ou não as instalações gráficas fora do GPO e regula suas operações nos menores detalhes (17:481-482).

Em 1974, pregando um controle mais enérgico, Cowers (43) dizia: "O que está em jogo, é a necessidade de planejamento global de um sistema para o controle eficiente das publicações governamentais, com um corpo diretivo autorizado a estabelecer política e direção integrais (43:148).

No ano de 1978, Buckley Jr. (20), afirmava que o Congresso dos Estados Unidos estava revendo a lei de Impressão de 1895 objetivando atualizá-la para utilizar nova tecnologia e novos métodos de disseminação da informação.

Em 21 de junho de 1979 o Deputado Frank Thompson introduziu o HR4572 - Lei de Reorganização da Impressão Pública, de 1979. Através desse projeto havia a intenção de reformular o Government Printing Office transformando-o em uma agência independente dirigida por uma Comissão de sete membros em vez do Joint Committee do Congresso. A Comissão a ser nomeada pelo Presidente devia incluir três membros representando o público. Os outros quatro postos deviam representar certos interesses: bibliotecas, indústria da informação, indústria gráfica e sindicatos (20:453).

Depois desse artigo de Buckley Jr. (20) a notícia mais recente enfatiza a existência, em âmbito federal e estadual, de órgãos centrais para o controle de publicação ou distribuição (64).

4.2.5.2. Centralização editorial na Europa

Em Conferência promovida pela ASLIB (2), em 1974, Ejlersen (58), representando a Dinamarca, dizia que seu país não tinha uma instituição como o HMSO e nem

livrarias do governo, mas deixava claro que em seu país centralização ou coordenação editorial das publicações do governo é assunto tratado com seriedade (58:288). Já no Grão-Ducado de Luxemburgo, nesta mesma época, não havia um órgão de centralização, tanto no âmbito da publicação quanto da distribuição e impressão (38). Na Itália, apesar da iniciativa individual dos órgãos, o Serviço de Informação e Copyright, o Instituto Central de Estatística e o Instituto Poligráfico do Estado, subordinados à Presidência do Conselho de Ministros, publicam e distribuem no país e no estrangeiro "uma completa série de documentos referentes ao panorama geral da vida italiana, dos pontos de vista social, econômico, jurídico e, sobretudo, cultural (67:315)

Como se pode deduzir, o quadro europeu parece caótico. Tentativas foram feitas. Algumas deram certo, outras não. Um caso positivo é o da Holanda que tem no STAATSDRUKKERIJ (Escritório de Publicação e Impressão Governamental) "a mais antiga empresa centralizada pelo Estado (...); por mais de um século e meio tem sido responsável pelas comunicações impressas do Governo (114:342) . Em 1974, Oltheten (114) calculava que o órgão produzia mais de quinhentos novos livros por ano, além de diversos títulos de periódicos.

Também na Suécia há um predomínio da atividade publicadora do Governo: uma companhia estatal que atua na área parece estar, inclusive, inibindo a impressão e comercialização do setor privado (34:355).

4.2.6. Publicações oficiais estaduais nos Estados Unidos

Dalton et alii (47) diziam em 1958 que: "Em bem mais de um terço dos Estados (...) existe alguma espécie de controle financeiro e editorial sobre o órgão que gera a publicação" (47:118). Isso não tornaria muito clara a questão da centralização se estivesse limitado apenas ao controle financeiro, mas há o controle editorial. Embora não haja clareza de como o processo é desenvolvido há a demonstração de preocupação com o fato.

No mesmo artigo, as autoras diziam que as "publicações estaduais e municipais não estão tão altamente desenvolvidas e há poucos Estados, cidades ou distritos que podem ser considerados grandes publicadores, em seu próprio território" (47:117). Por isso, talvez, só um terço dos Estados, em 1958, preocupavam-se com a imposição de algum controle na edição de suas publicações oficiais.

As autoras mostravam, ainda no mesmo artigo (47), que certos estados já haviam atingido um estágio mais avançado. Certamente, bem mais próximo de uma centralização decisória em torno de suas publicações oficiais (47:119).

Até 1980, um número maior de Estados, nos Estados Unidos, estabeleceu alguma centralização quanto a publicação ou distribuição de publicações oficiais (87). Aliás, falando sobre a obtenção de publicações oficiais municipais, Gardizer (64) dizia: "Ao contrário das publicações federais e estaduais, não há um órgão central para controlar a publicação ou distribuição de documentos municipais" (64:234). Com isso, pode deduzir-se que as publicações estaduais vêm tendo um maior controle em determinadas etapas de sua editoração.

4.2.7. Publicações oficiais no Brasil

No Brasil, a preocupação com as publicações oficiais é recente. A contar pelas citações de Rocha (124) há menos de meio século se fala no assunto. Aquela autora foi quem, na verdade, teve a grande preocupação em propor um estudo mais profundo e sistemático do tema. Sua idéia era a de que o mesmo deveria ser efetivamente explorado em evento nacional na área da Biblioteconomia. A partir de 1975, começaram então os seminários sobre publicações oficiais brasileiras, que se têm ocupado do tema.

Até o momento, realizaram-se quatro Seminários. O primeiro durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília de 22 a 25 de julho de 1975 e teve como temário:

- . problemas de editoração, divulgação, distribuição e comercialização;
- . os direitos autorais e a publicação oficial;
- . organização e controle das publicações oficiais. (134).

No segundo SP0B, realizado durante o 9º CBBD - 5 a 8 de julho de 1977 - em Porto Alegre, o temário versou sobre:

- . política editorial e fundamentos psicossociais e administrativos dos critérios de seletividade de conteúdo e clientela;
- . princípios que deverão presidir as relações entre editores, documentalistas e gráficos envolvidos na edição de publicações oficiais;
- . qualquer dos itens das recomendações do 1º SP0B (121), especialmente aqueles que tratam das subcomissões:

- a) Catálogo coletivo nacional;
- b) Comercialização;
- c) Depósito legal e bibliotecas depositárias;
- d) Direitos autorais;
- e) Divulgação;
- f) Indexação e microfilmagem do Diário Oficial da União;
- g) Intercâmbio;
- h) Normalização da Documentação (ABNT);
- i) Uniformização de critérios e normas de catalogação e controle (135)

O terceiro Seminário, realizado em Curitiba, de 22 a 27 de julho de 1979, foi um seguimento dos anteriores. Na oportunidade foi apresentada uma grande bateria de trabalhos (3, 4, 33, 50, 52, 89, 91, 112, 126).

No final de julho de 1981 foi realizado o 4º SPOB, novamente em Brasília. Seu tema principal foi *Política Editorial*, tendo como subtemas:

- . programação editorial;
- . disseminação das informações oficiais;
- . projeto gráfico;
- . co-edições;
- . comercialização;
- . divulgação e distribuição;
- . organização das coleções de publicações oficiais;
- . bibliotecas depositárias (137).

Revendo-se os temários do SPOB tem-se a evidência de que os problemas são mais ou menos os mesmos ao correr dos anos. São problemas comuns de editoração oficial. E são também problemas universais. As recomendações que emanam ao final de cada evento são uma amostra real de que se está em ponto inicial, como outros países subdesenvolvidos (133).

Os tópicos dos temários do SPOB conduzem idéias muito ricas e sugerem grandes estudos. Do 2º Seminário deve ser destacado o seguinte tópico: "princípios que deverão presidir as relações entre editores, documentalistas e gráficos envolvidos na edição de publicações oficiais" (135), por sugerir uma coordenação mais incisiva.

4.2.8. Coordenação ou centralização

Mais incisão na coordenação das atividades de editoração dos órgãos oficiais tem-se mostrado necessária e alguns autores a vem sugerindo. Crowers (43) chama a atenção para essa necessidade. Segundo ele (pe lo menos nos Estados Unidos) "o que está em jogo é a necessidade de planejamento global de um sistema para o controle eficiente das publicações governamentais" (43:148). Já Cherns (34) acha que são importantes a eficiência, a acessibilidade e o controle bibliográfico das publicações oficiais, tendo em vista que a comunicação entre o governo e o público é uma via de mão dupla, requerendo pesquisas e aplicação de mais estudos técnicos (34:357-358).

Um resultado bastante expressivo foi alcançado por Suzanne Honoré (80) em sua pesquisa aplicada em 1963. Ao concluir o trabalho a investigadora diz categoricamente: "Todas as vantagens estão do lado da centralização: rendimento, produtividade, controle do orçamento, maior difusão, etc. O único obstáculo é o particularismo das administrações. É interessante assinalar que um país como a Inglaterra, descentralizada e individualista por tradição, tenha o sistema mais centralizado. Esforços muito interessantes de centralização na edição, têm prosseguido também no Japão, Portugal e França" (23). Isso demonstra um acerto administrativo do governo inglês e, uma busca para esse acerto por parte de outros países, atesta a confiabilidade desta sistemática de editoração de publicações oficiais.

Em conclusão, deve-se admitir ser a centralização da editoração o processo mais racional de produzir as publicações oficiais.

Por todos os princípios administrativos ou pela simples prática do bom senso, parece ser essa centralização almejada pelos países desenvolvidos se afigurando, por conseguinte, mais vantajosa que a centralização gráfica.

O simples fato de possibilitar uniformidade de padronização bibliográfica, poder concentrar pessoas capazes numa unidade de trabalho, permitir controle de tiragem pelo conhecimento do quanto distribuir, poder estabelecer critérios uniformes de distribuição, possibilitar uma sistemática de depósito bibliográfico e criar mecanismos eficazes de divulgação e controle bibliográfico faz da centralização da editoração um mecanismo desejável para a publicação oficial.

5. O SISTEMA DE PUBLICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Para uma compreensão mais perfeita da editoração oficial no Estado do Ceará, é necessário que se conheça a estrutura sob a qual está ordenado o Poder Executivo.

5.1. Poder Executivo Estadual

O Governo do Estado do Ceará, no Poder Executivo, compõe-se de cinquenta e sete órgãos, sendo vinte e dois ligados à administração direta, vinte e quatro à administração indireta e onze são fundações.

No primeiro grupo (administração direta) há cinco órgãos que se vinculam à própria Governadoria (Casa Militar do Governo do Estado, Polícia Militar do Ceará, Assessoria Especial do Governador, Assistência Especial do Governador e Serviço Estadual de Informações) cujas atuações têm caráter diferente dos demais órgãos da administração direta. Seja por seus objetivos, ou pelas linhas de conduta para atingi-los, desenvolvem um elenco de atividades que têm diretrizes estabelecidas no Gabinete do Chefe do Poder Executivo, caracterizando-se como órgãos de assessoramento direto do Governador.

Na administração indireta existem oito autarquias, cinco empresas públicas e onze sociedades de economia mista, estando vinculadas administrativamente às Secretarias de Estado e sendo, por conseguinte, consideradas ampliações de suas atividades.

Também as fundações - uma terceira categoria de órgãos da administração pública - se vinculam às Secretarias de Estado e à própria Governadoria.

A administração pública estadual do Ceará está assim estruturada:

Governadoria:

Assessoria Especial do Governador;
Assistência Especial do Governador;
Casa Militar do Governo do Estado;
Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUNSESCE);
Polícia Militar do Ceará (PMC);
Procuradoria Geral do Estado;
Procuradoria Geral da Justiça;
Serviço Estadual de Informações (SEI).

Administração Direta e Vinculadas:

Secretaria de Administração Estadual

- Imprensa Oficial do Estado do Ceará (IOCE);
- Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC);

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

- Ceará Pesca S/A (CEPESCA);
- Centrais de Abastecimento S/A (CEASA);
- Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO);
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (EPACE);
- Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (FUNCEME);
- Instituto de Terras do Ceará (ITERCE);

Secretaria para Assuntos da Casa Civil

Secretaria para Assuntos Extraordinários

Secretaria para Assuntos Municipais

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Cultura e Desporto

- Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará (FADEC);

Secretaria de Educação

- Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE);
- Fundação de Telecomunicação do Ceará (FUNTELC);

Secretaria da Fazenda

- Banco do Estado do Ceará (BEC);

Secretaria de Indústria e Comércio

- Companhia de Desenvolvimento Industrial;
- Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR);
- Junta Comercial do Estado do Ceará;
- Núcleo de Tecnologia do Estado do Ceará;

Secretaria de Interior e Justiça

- Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará;

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

- Companhia de Água e Esgoto do Ceará;
- Companhia de Eletrificação do Ceará;
- Companhia de Habitação do Ceará;
- Consórcio Rodoviário do Ceará;
- Departamento Autônomo de Estradas de

Rodagem (DAER);

- Empresa Cearense de Telecomunicações;
- Superintendência de Obras do Estado do

Ceará (SDEC);

Secretaria de Planejamento e Coordenação

- Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF);
- Banco de Desenvolvimento do Ceará;
- Fundação Comissão Estadual de Planejamento Agrícola;
- Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE);
- Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza;
- Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará;
- Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará;

Secretaria de Saúde

- Fundação de Saúde do Estado do Ceará;

Secretaria de Segurança Pública

- Departamento Estadual de Trânsito;

Esses órgãos que se situam perante a comunidade estadual como um sistema de organismos públicos, desempenham atividades coordenadas, se consideradas sob um ponto-de-vista global, uma vez que são dirigidas para atender aos interesses do Estado, traçados em planos de metas administrativas governamentais.

A maioria desses órgãos são novos, conforme se verá adiante.

Mesmo com esse aumento do número de entidades, no campo da editoração não é possível distinguir-se a presença de uma sistematização para as publicações oficiais. Entre todos os órgãos do Poder Executivo do Estado do Ceará, relativamente às publicações por ele geradas, não existe um cujo objetivo seja a coordenação da atividade editorial. Com essa ocorrência, desfaz-se qualquer pretensão relativa à configuração de um sistema de publicações oficiais já que inexiste a razão mais importante para isso, que é a presença de um órgão coordenador.

5.2. Análise Geral

Dos cinquenta e dois órgãos pesquisados, verificou-se ser a maioria pertencente à administração indireta e à categoria de fundação (Tabela 1).

TABELA 1

Número de órgãos pesquisados por setor da administração pública

| SETORES | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|--------------------------------|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Administração direta | 17 | 32,69 |
| Administração indireta | | |
| . autarquias | 8 | 15,38 |
| . empresas públicas | 5 | 9,63 |
| . sociedades de economia mista | 11 | 21,15 |
| Fundações | 11 | 21,15 |
| TOTAL | 52 | 100,00 |

Na análise da Tabela 2 verifica-se que ocorreu grande crescimento do Poder Executivo estadual nos últimos quinze anos. Neste período foram criadas trinta e sete entidades nos mais diferentes campos de atividade.

TABELA 2

Tempo de criação dos órgãos públicos do Estado do Ceará, pesquisados

| TEMPO DE CRIAÇÃO (Nº anos) | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|----------------------------|------------------|-------------|
| | Freq. Simples | Freq. Acum. |
| 2 | 7 | 7 |
| 3 | 1 | 8 |
| 4 | 4 | 12 |
| 5 | 2 | 14 |
| 6 | 3 | 17 |
| 8 | 2 | 19 |
| 9 | 1 | 20 |
| 10 | 9 | 29 |
| 12 | 2 | 31 |
| 13 | 2 | 33 |
| 15 | 4 | 37 |
| 19 | 5 | 42 |
| 26 | 2 | 44 |
| 35 | 1 | 45 |
| 36 | 1 | 46 |
| 43 | 1 | 47 |
| 52 | 1 | 48 |
| 53 | 1 | 49 |
| 90 | 3 | 52 |
| TOTAL | 52 | - |

Na administração indireta do Estado do Ceará o crescimento ocorreu em todas as áreas, senão veja-se:

AUTARQUIAS - as autarquias surgidas na década de setenta atuam em: assuntos metropolitanos, fiscalização e controle de trânsito, obras públicas civis e controle de registro comercial.

EMPRESAS PÚBLICAS - as empresas públicas emergentes na década de setenta atuam nas áreas de: pesquisa agrícola, extensão rural, construção de equipamentos de telecomunicação e serviços gráficos.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - as sociedades de economia mista criadas na década de setenta desenvolvem suas atividades nas áreas de: abastecimento alimentar, distribuição de água e coleta de esgotos, assistência e pesquisa relativa a implantação industrial, construção habitacional e implantação de sistema de vias rodoviárias.

Como se pode depreender, surgiram tantos órgãos da administração indireta em virtude do aparecimento de novas frentes econômicas advindas da expansão do Estado. Essa expansão exigia a presença de mecanismos de execução mais rápidos, portanto incompatíveis com a lentidão da administração direta.

Esses órgãos no Estado do Ceará, atuam desde o campo da pesquisa e abastecimento agrícola até o campo da pesquisa industrial, as quais são atividades dinâmicas e exigem mais fluidez de decisões e mecanismos imediatos de transferência e alocação de recursos econômicos.

Quanto às Fundações criadas na década passada atuam no planejamento agrícola, pesquisa meteorológica, ensino de massa por meios televisivos, bem estar social, ensino superior e pesquisa sócio-econômica e cobrem, assim, áreas que não oferecem lucros imediatos mas possibilitam ao Estado a obtenção de ganhos em outras áreas por racionalizarem a utilização dos recursos existentes.

Nesta pesquisa observa-se que, somente nos anos setenta, aconteceu um crescimento acelerado de órgãos em todos os escalões estaduais (Tabela 3). O crescimento de órgãos da mesma categoria, nos anos setenta, em relação ao número existente anteriormente, é altamente significativo, pois, excetuando-se a administração direta, o crescimento nas outras categorias foi majoritário.

TABELA 3

Número de órgãos criados nos anos setenta e anos anteriores, por setor da administração pública

| SETORES | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|------------------------|------------------|-----------------|
| | Anos setenta | Anos anteriores |
| Administração direta | 4 | 13 |
| Administração indireta | | |
| . autarquias | 5 | 3 |
| . empresas públicas | 4 | 1 |
| . soc. econ. mista | 7 | 4 |
| Fundações | 9 | 2 |
| TOTAL | 29 | 23 |

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo o plano traçado a partir das variáveis cuja estrutura determinou o desenvolvimento do trabalho observou-se os cinco aspectos a seguir analisados.

6.1. Interferência da administração pública na editoração de publicação oficial

A administração pública interfere na editoração da publicação oficial em dois momentos. No primeiro, ela se abstém de deliberar definições precisas de como deve ser essa publicação, desconhece normas recomendadas por organismos reconhecidos¹⁰ e não tem precisa informação sobre a conceituação de 'publicação oficial', proclamada pela Comissão de Publicações oficiais brasileiras¹¹. No segundo momento, a interferência se dá porque

10 Associação Brasileira de Normas Técnicas, reconhecida pela Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962. Apud NÖBREGA, Mello. Ocultação e disfarce de nome literário. Fortaleza, Edições UFC, 1981. p. 14.

11 A Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras (CPOB), ao final do 1º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB), realizado em Brasília, de 22 a 25 de julho de 1975, recomendou que fosse adotado, para publicação oficial brasileira, o seguinte conceito: "Documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos e/ou editados sob a responsabilidade, as expensas ou por ordem dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria — de qualquer forma vinculada à administração pública — nos níveis federal, estadual, municipal ,

a administração pública não cria mecanismos de editoração com políticas próprias, deixando que as publicações dos órgãos públicos estaduais sejam feitas a mercê de gráficos.

No campo específico da Legislação do Estado do Ceará, nada há de objetivo sobre uma política pública de editoração oficial, em qualquer âmbito de sua administração. Exceção a isso pode ser considerada a Lei nº 1.112, de 11 de outubro de 1933, que criou o Departamento de Imprensa Oficial do Estado, subordinado à Secretaria de Administração. Em 1975 uma nova Lei, esta de número 9.950, de 14 de outubro, manteve a subordinação junto à Secretaria de Administração, mas transformou a Imprensa Oficial em Empresa Pública, sob a denominação de Imprensa Oficial do Ceará S. A. — IOCE. Para regulamentar o artigo 14 dessa Lei (número 9.950) foi sancionado em 07 de novembro de 1977 o decreto estadual de número 12.540, obrigando todos os órgãos da administração direta, indireta e também fundações a executar todo e qualquer trabalho gráfico na IOCE¹².

incluindo os territórios e o Distrito Federal".

No recente 4º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras (Brasília, 27-31 de julho de 1981), o Bibliotecário Francisco das Chagas de Souza, apresentando o trabalho intitulado "Política editorial (de publicações oficiais?)" questiona esse conceito tão amplo.

12 Cf. nota 6.

A IOCE, apesar da Lei nº 9.950 determinar entre suas atribuições a de editor¹³ mantém-se como uma simples gráfica¹⁴ e como editor comporta-se dentro da caracterização do tradicionalismo apresentada por Vieira (148).

Em relação aos órgãos pesquisados, apenas seis (15,39%) dos trinta e nove efetivamente consultados possuem uma política de editoração dos seus trabalhos. Desses seis, três possuem departamento editorial, um tem sua política editorial fundamentada em norma interna e um embasa sua política de editoração em manual de serviço (Tabela 4).

13 "Art. 2º - A IOCE destina-se especificamente, a:

- I. Editar o Diário Oficial do Estado do Ceará;
- II. Executar trabalhos gráficos em geral destinados aos órgãos da administração estadual;
- III. Editar trabalhos de caráter cultural e educacional, cuja divulgação interesse ao Estado;
- IV. Editar coletâneas ou separatas de atos oficiais ou técnicos que interessem ao serviço público estadual;
- V. Publicar atos para cuja eficácia jurídica a lei o exija".

14 Esta é uma posição identificada por Cherns (34). Historicamente, diz ele, as gráficas oficiais não têm evoluído ao nível de transformarem-se em editores.

TABELA 4

Instrumentos definidores da política de editoração nos órgãos

| INSTRUMENTOS | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|-------------------------------|------------------|---------------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| <i>Norma interna</i> | 1 | 16,66 |
| <i>Portaria</i> | - | -- |
| <i>Manual de serviço</i> | 1 | 16,66 |
| <i>Departamento editorial</i> | 3 | 50,00 |
| <i>Sem Informação</i> | 1 | 16,66 |
| TOTAL | 6 | 100,00 |

Apesar dessa insignificante sistematização da atividade interna de editoração, vinte e nove órgãos (74,36%) consideram válida a existência de política de editoração. Contrariamente, nove órgãos não vêm valida de na existência de tal política (Tabela 5).

TABELA 5

Consideram válida a política de editoração nos órgãos

| HÁ VALIDADE | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|-----------------------|------------------|---------------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| <i>Sim</i> | 29 | 74,36 |
| <i>Não</i> | 9 | 23,08 |
| <i>Sem informação</i> | 1 | 2,56 |
| TOTAL | 39 | 100,00 |

Mesmo que apenas alguns órgãos se posicionem negativamente quanto à existência de política de editoração, quando se verifica o fato de forma objetiva essa minoria parece vencer em suas idéias e mesmo os vinte e nove que admitem ser significativa a existência de política de editoração, para as publicações, nada fazem para colocarem suas idéias em prática. Isso evidencia a inexistência de unidade e racionalidade administrativa da administração pública do Estado. Se se observar que apenas seis órgãos (15,39%) possuem política de editoração, causa estranheza que outros vinte e seis (66,66%) afirmem que a política de editoração é válida e deve exis-

tir para uniformizar a apresentação das publicações, ou em vinte e uma vezes (53,84%) afirmem que a política de editoração deve existir em atendimento à recomendação de órgãos responsáveis pela elaboração de normas técnicas, como a ABNT (Tabela 6).

TABELA 6

Razões para a existência da política de editoração nos órgãos

| RAZÕES | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|---|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Uniformizar apresentação das publicações | 26 | 66,66 |
| Baratear impressão | 17 | 43,58 |
| Atender normalização | 21 | 53,84 |
| Atender recomendação do Governo do Estado | 14 | 35,89 |

39 = 100%

Através do Gráfico 1 vê-se que somente 35,89% dos órgãos entrevistados teria uma política de editoração para atender à recomendação do Governo do Estado e 43,58% vêem na política de editoração a possibilidade de baratear os custos de impressão.

GRÁFICO 1

Proporção de órgãos e razões aceitas
para a existência de política de
editoração nos órgãos

| | |
|--|--|
| ATENDER RECOMENDACÃO GOV. ESTADO (35,89) | |
| BARATEAR IMPRESSÃO (43,58) | |
| ATENDER A NORMALIZAÇÃO (53,84) | |
| UNIFORMIZAR A APRESENTAÇÃO (66,66) | |

0

100

6.2. Existência de pessoal especializado

Os órgãos públicos do Estado do Ceará não têm demonstrado a preocupação com a dotação, em seus quadros, de equipe especializada em editoração. Dos órgãos respondentes, apenas cinco (12,82%) possuem uma equipe de editoração dentro dos parâmetros propostos pela pesquisa (Tabela 7).

TABELA 7

Número de órgãos que possuem equipe de editoração

| POSSUI EQUIPE DE EDITORAÇÃO | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|-----------------------------|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Sim | 5 | 12,82 |
| Não | 24 | 61,54 |
| Sem informação | 10 | 24,64 |
| TOTAL | 39 | 100,00 |

Quando se interrogou sobre a existência de profissionais como Bibliotecário, Revisor de Textos e Técnico Gráfico, os índices observados foram baixos. Somente quatorze órgãos (35,89%) possuem bibliotecários, três (7,69%) possuem revisor de textos e apenas um (2,56%) possui técnico gráfico (Tabela 8).

TABELA 8

Qualificação profissional dos elementos que os órgãos possuem na área de editoração

| QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|------------------------------|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Bibliotecário | 14 | 35,89 |
| Revisor de textos | 3 | 7,69 |
| Técnico gráfico | 1 | 2,56 |
| Nenhum dos citados | 10 | 25,64 |

39 = 100%

O Gráfico 2 ilustra bem a grande ausência de profissionais ligados à área de editoração nos órgãos. O pessoal existente em relação às necessidades pode ser considerado irrisório.

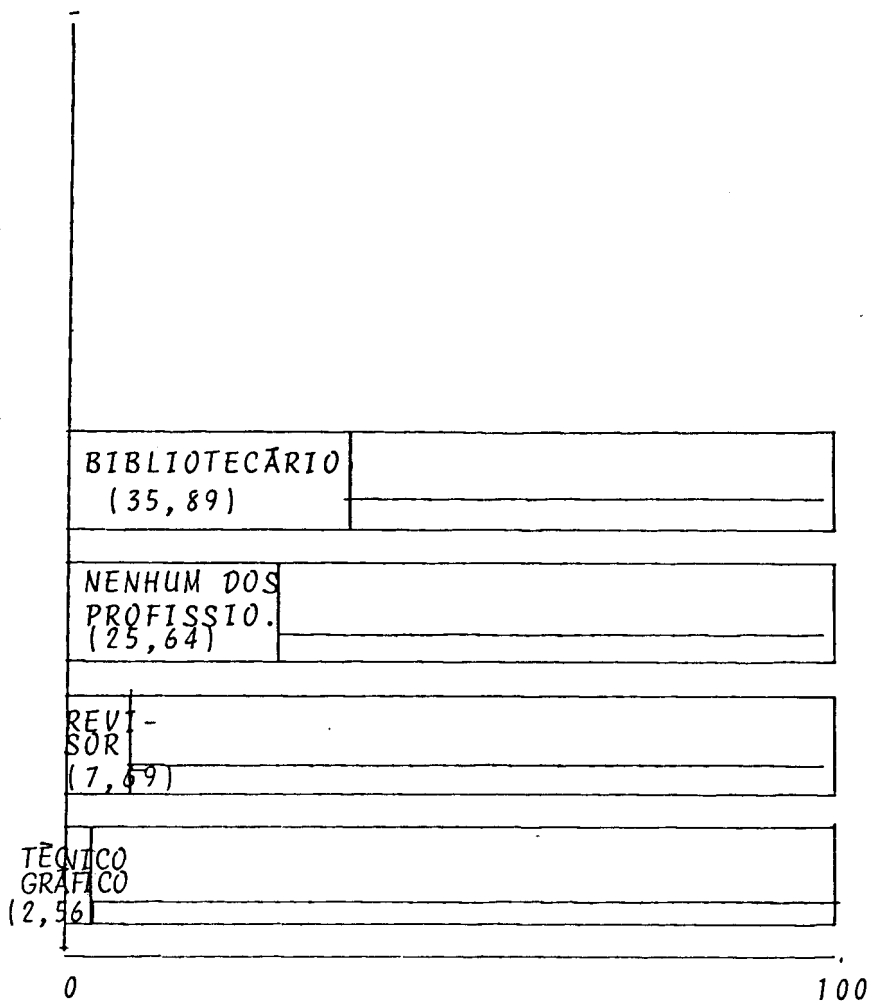
Dos cinco órgãos que constituíram equipe de editoração, somente três situaram-na no tempo. Assim tem-se que um órgão possui a equipe há dois anos e dois possuem a equipe há mais de dois anos.

Comparando-se esses dados com o fato de que nos últimos dez anos foram criados vinte e sete órgãos, observa-se que as razões de modernização administrativa e distribuição de tarefas de recente interesse do Estado não parecem ter sido suficientes para justificar uma melhora na editoração pública do Estado do Ceará. As publicações oficiais continuam sendo feitas sem muito aparato técnico, sendo confiada sua editoração à IOCE, que se mantém na produção de impressos pobres, com baixa qualidade gráfico-editorial, conforme se pôde constatar.

Com relação ao desempenho em serviço, os poucos profissionais existentes não chegam a se envolver intensamente com o processo editorial. Dos quatorze órgãos que possuem bibliotecários, somente sete sabem tirar proveito da presença desse profissional como consultor editorial ou mesmo na tarefa de normalização de originais ou outras tarefas assemelhadas.

GRÁFICO 2

Percentagem de órgãos que possuem profissionais na área de editoração



Quando hã a participação do bibliotecãrio na editoraçãõ verifica-se seu intenso envolvimento em múltiplas atividades que extrapolam, inclusive, a ãrea de seu conhecimento tãcnico. Em dois òrgãos, o bibliotecãrio atua como revisor de provas de originais em processo de impressãõ e tambẽm indica tipos e corpos (letras e tamanhos de letras) para a composiçãõ da publicaçãõ que vai entrar no prelo. Esta atividade ã realizada ao lado de outras mais imediatamente ligadas ao seu 'que fazer' diãrio, por exemplo: preparaçãõ de sumãrio, ãndice anãlitico, folha de rosto (Tabela 9), elementos essenciais a qualquer publicaçãõ¹⁵.

15. Esses elementos sãõ recomendados, no Brasil, pela ABNT, principalmente atravẽs das normas:

NB - 62 - Apresentaçãõ de publicações periòdicas

NB - 69 - Numeraçãõ progressiva das seções de um documento

NB - 83 - Legenda bibliogrãfica

NB -217 - Apresentaçãõ de livros e folhetos.

TABELA 9

Tarefas executadas pelo bibliotecário

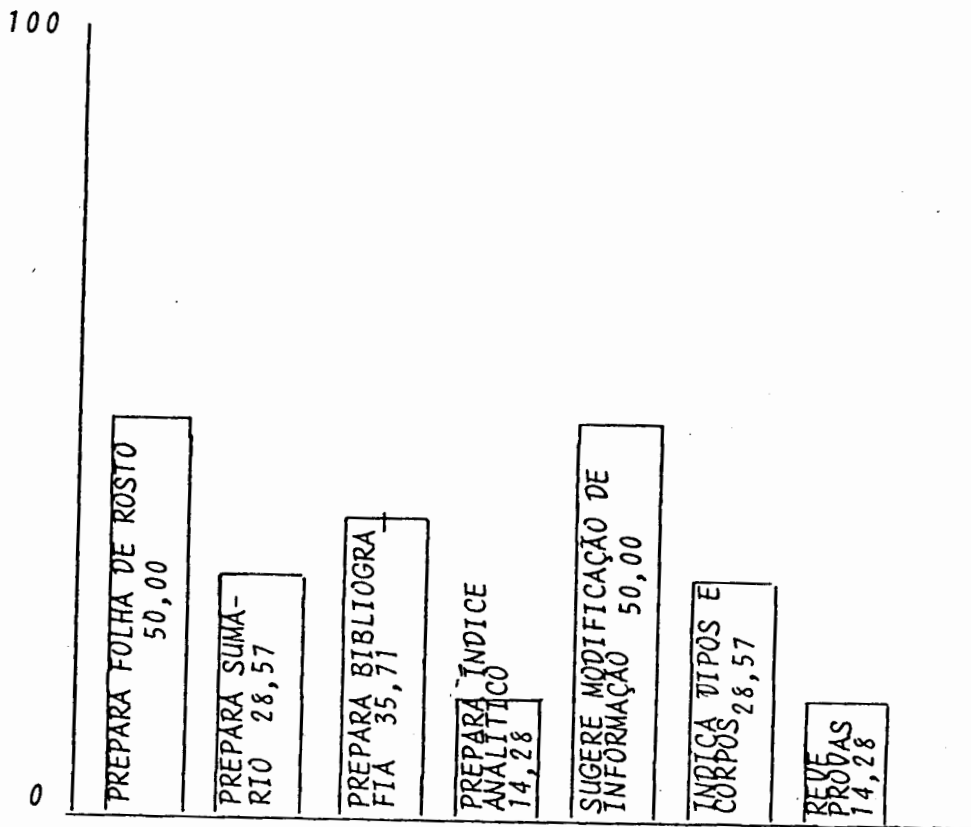
| BIBLIOTECÁRIO | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|-----------------------------------|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Prepara folha de rosto | 7 | 50,00 |
| Prepara sumário | 4 | 28,57 |
| Prepara bibliografia | 5 | 35,71 |
| Prepara índice analítico | 2 | 14,28 |
| Sugere modificação de informações | 7 | 50,00 |
| Indica tipos e corpos | 4 | 28,57 |
| Revê provas de originais | 2 | 14,28 |

14 = 100 %

O Gráfico 3 apresenta a diferença em proporção das atividades executadas pelo bibliotecário. Vê-se mais destacadamente e na mesma proporção as atividades de preparação de folha de rosto e a sugestão de modificação de informações.

GRÁFICO 3

Proporção de órgãos e tarefas executadas pelo bibliotecário



Nos dois casos, comprova-se que o alto conhecimento de normalização bibliográfica por parte do bibliotecário é muito valioso para essas atividades, pois na primeira cuida da própria identidade do livro e na segunda objetiva o aperfeiçoamento da apresentação geral da publicação.

Apesar da visível vantagem do órgão em utilizar o potencial desse técnico, há sete órgãos com bibliotecários inaproveitados na área de editoração. Esses órgãos têm suas publicações pobremente normalizadas. Em cinco dessas entidades o bibliotecário jamais é procurado e em duas outras há desinteresse por parte da administração, bem como dos demais técnicos.

Com relação ao acompanhamento da impressão do trabalho verifica-se que os órgãos possuidores de equipe de editoração atribuem-lhe a fase de acompanhamento da produção do livro na IOCE.

Por outro lado, apenas três (21,43%) dos quatorze órgãos que possuem bibliotecários em seus quadros, atribuem a esse técnico a tarefa de fazer aquele acompanhamento. Desses três órgãos, apenas um permite ao bibliotecário fazer o acompanhamento de forma integral. Os dois restantes permitem que o bibliotecário realize aquela atividade parcialmente.

6.3. Controle qualitativo do produto impresso

A existência desse tipo de controle é bastante diminuta e nem sempre realizado pelo pessoal especializado. Como foi visto anteriormente, as cinco equipes de editoração fazem o controle de qualidade na medida em que acompanham a produção do livro na Gráfica Oficial. Fora esses cinco órgãos, um permite que o bibliotecário o faça parcialmente. Isso significa que dos trinta e nove órgãos, apenas oito (20,51%) se preocupam com a qualidade dos seus impressos. Isto é, são os únicos órgãos que estão preparados para atender às recomendações técnicas existentes. Reforçando tal fato, apenas cinco órgãos pesquisados (12,82%) preocuparam-se em estabelecer normas para o acompanhamento da produção dos seus impressos.

Apesar de apenas oito órgãos estarem preparados para acompanhar a impressão de suas publicações e somente cinco desses possuírem equipe de editoração e regras estabelecidas para realizar tal tarefa, um número bem maior de órgãos respondeu que verifica alguns dos itens de apresentação do material impresso. Exemplo disso: quatorze órgãos verificam o item título; treze verificam: capa, folha de rosto, sumário, paginação. Isso indica que pessoal não especializado vem desempenhando essa tarefa (Tabela 10).

TABELA 10

Itens verificados através do acompanhamento da produção do livro

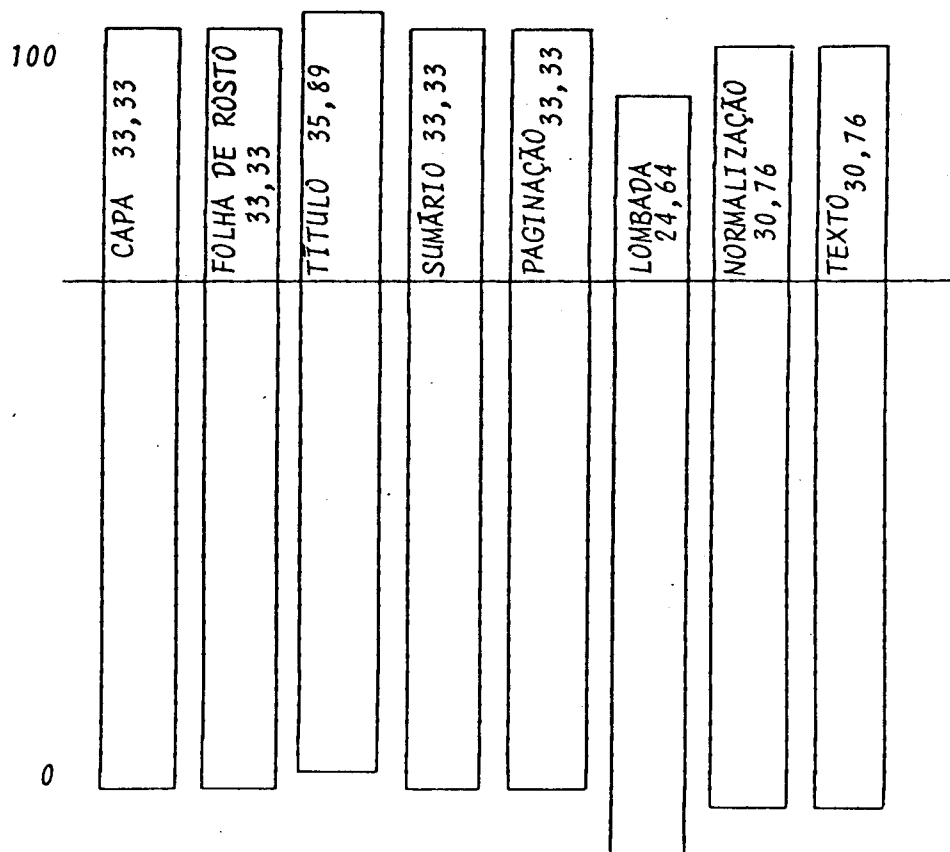
| VERIFICAÇÃO DE ITENS NA PRODUÇÃO DO LIVRO | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|--|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Capa | 13 | 33,33 |
| Folha de rosto | 13 | 33,33 |
| Título | 14 | 35,89 |
| Sumário | 13 | 33,33 |
| Paginação | 13 | 33,33 |
| Lombada | 10 | 24,64 |
| Normalização | 12 | 30,76 |
| Texto | 12 | 30,76 |

39 = 100%

O Gráfico 4 mostra claramente que é minoria o número de órgãos preocupados com o acompanhamento da produção do livro.

GRÁFICO 4

Proporção de órgãos e itens verificados no acompanhamento da produção



Considerando um controle qualitativo dessa natureza, pode-se constatar apenas a baixa qualidade gráfica da maioria das publicações editadas pelos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo do Estado do Ceará. Isso acontece por existir um distanciamento da administração em relação à editoração. Desse modo não há um verdadeiro esforço para que as publicações tenham boa qualidade gráfica e editorial.

A atitude dos órgãos quando recebem uma publicação defeituosa da Gráfica Oficial, pode gerar várias posturas: um órgão não devolve a publicação e nem reclama do problema; três órgãos não devolvem a publicação para correção, mas reclamam do problema e alguns outros dizem tomar atitude mais séria. Essa atitude mais séria representa pouco e é feita de forma assistemática. (Tabela 11).

Uma análise do Gráfico 5 reforça o conhecimento da pouca atenção que é dada à qualidade da publicação. Quase nada se faz em prol da boa apresentação do livro e isso causa mais problemas a já desgastada imagem do setor público.

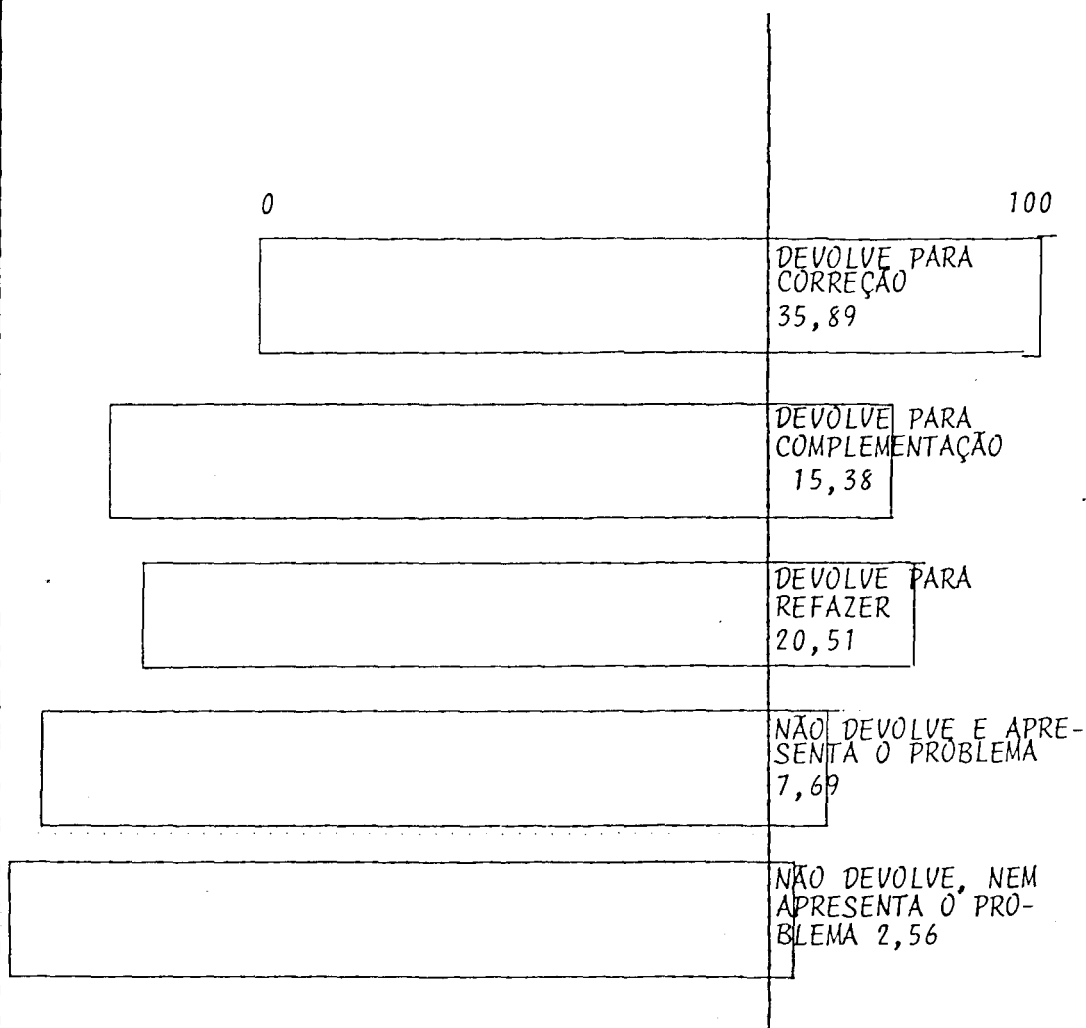
TABELA 11

Decisão tomada pelo órgão em caso da publicação apresentar erro gráfico

| PUBLICAÇÃO COM ERRO GRÁFICO | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|--|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| <i>Devolve à IOCE para correção</i> | 14 | 35,89 |
| <i>Devolve à IOCE para completar</i> | 6 | 15,38 |
| <i>Devolve à IOCE para refazer</i> | 8 | 20,51 |
| <i>Não devolve, mas apresenta o problema</i> | 3 | 7,69 |
| <i>Não devolve, nem reclama do problema</i> | 1 | 2,56 |
| <hr/> | | |
| 39 = 100% | | |

GRÁFICO 5

Proporção de órgãos e decisão tomada pelo órgão em caso de erro gráfico



Dezessete órgãos (43,89%) admitiram que fazem erratas caso as publicações apresentem ou permaneçam com erros de impressão. Como se depreende da leitura de Vieira (148), a existência da errata traduz um certo desinteresse até pela qualidade do livro, significando que o órgão está admitindo falta de qualidade do seu livro ou folheto.

Dos dezessete órgãos que publicam trabalhos acompanhados de errata, dezesseis (94,11%) permitem que as mesmas sejam elaboradas pelo próprio autor¹⁶.

16 Segundo Vieira (148), o autor deveria limitar-se a fazer uma correção final das provas dos originais para ver se seu texto está reproduzido fielmente; todo o trabalho restante necessário à editoração do texto seria feito por um Técnico em Editoração. E mais, a editora da Fundação Getúlio Vargas tem como norma que nenhum trabalho deve sair com erros. Um trabalho que traz erratas não merece ser distribuído.

6.4. Existência de programas de distribuição

No âmbito do Estado do Ceará não existe uma legislação que regule ou defina políticas de distribuição de publicações, sejam da administração direta, indireta e fundações.

Entre os órgãos pesquisados, trinta e dois (82,05%) afirmaram distribuir suas publicações e sete silenciaram sobre o fato.

Desses trinta e dois, doze (37,50%) afirmaram possuir uma política definida de distribuição de suas publicações, sendo que em oito esta prática está regulamentada internamente por uma portaria, norma ou documento assemelhado. Mas, mesmo assim, esse fato ainda não é animador.

Com relação aos recebedores das publicações, verifica-se que as entidades são as preferidas, uma vez que vinte e sete órgãos (62,23%) fazem remessas para outras instituições, mas somente treze órgãos (33,33%) possuem um cadastro dos seus recebedores. Isto gera um certo caos e muitas publicações são enviadas a quem por elas não mantêm ou não despertou interesse.

Através de uma questão em que o órgão podia responder mais de uma opção (Tabela 12), identificou-se que cinco órgãos (12,82%) atualizavam o cadastro dos receptores através de catálogos de endereços e alguns outros ficavam aguardando serem procurados.

A distribuição mais dirigida às entidades merece ser vista com certa reserva. Sua ocorrência não parece ser coerente com o fato de que a população em geral e o estudante também possam ter interesse por boa parte das publicações oficiais.

TABELA 12

Procedimentos adotados para a atualização do cadastro dos recebedores de publicações

| ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DOS RECEBEDORES | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|---|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Por indicação de outros recebedores | 3 | 7,69 |
| Por contato dos recebedores | 12 | 30,76 |
| Catálogo de endereços | 5 | 12,82 |

39 = 100%

Analisando a direção em que as publicações são distribuídas, verifica-se que dos vinte e oito órgãos doadores (71,79%), apenas vinte e três distribuem suas publicações entre outros do próprio Estado do Ceará. Os órgãos federais e dos demais estados nordestinos têm bom acesso a essas publicações, de distribuição escassa entre técnicos. Somente seis desses órgãos não fazem distinção entre os recebedores de suas publicações (Tabela 13).

TABELA 13

Vinculação profissional ou administrativa dos recebedores das publicações

| VINCULAÇÃO DOS RECEBEDORES DE PUBLICAÇÕES | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|---|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Órgãos públicos cearenses | 23 | 58,97 |
| Órgãos públicos dos estados nordestinos | 10 | 25,64 |
| Órgãos públicos de todos os Estados | 6 | 15,39 |
| Órgãos públicos federais | 11 | 28,20 |
| Técnicos cearenses | 5 | 12,82 |
| Técnicos de outros estados | 2 | 5,12 |
| Não há preferência | 6 | 15,38 |

39 = 100%

Uma análise do Gráfico 6 mostra claramente a vinculação profissional e/ou administrativa do receptor das publicações oficiais do Estado do Ceará, sejam pessoas ou entidades.

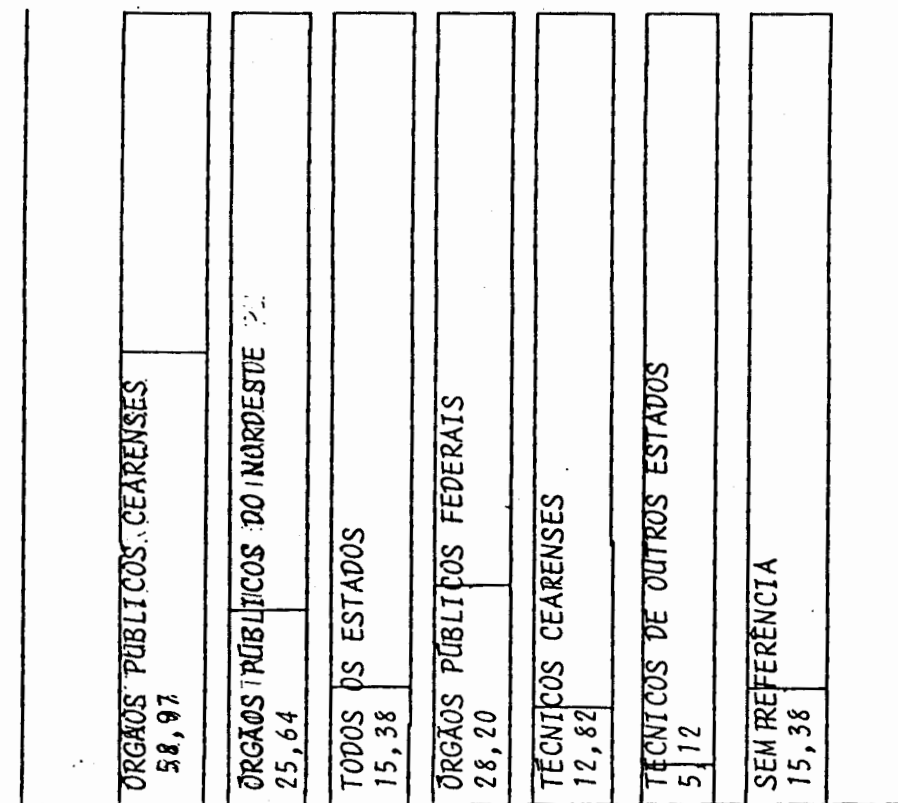
Ainda sobre as formas de distribuição, há apenas um caso em que o órgão diz vender suas publicações. Isto é auspicioso por colocar a publicação oficial do Estado do Ceará ao alcance do-público geral.

GRÁFICO 6

Proporção de distribuidores por destinatários das publicações oficiais do Ceará

100

0



6.5. Controle bibliográfico das publicações oficiais do Ceará

O Controle bibliográfico em âmbito estadual das publicações oficiais do Estado do Ceará é inexistente. Nenhuma preocupação, que porventura tenha havido, foi satisfeita. Assim, com o crescimento acumulado de títulos que se editam a cada ano, o montante de publicações vai aumentando e desperçando-se, de forma que cada vez mais agrava-se a questão do controle¹⁷.

Dos órgãos pesquisados, apenas cinco (12,82%) editam lista de suas publicações e somente vinte e quatro (61,54%) conhecem tudo o que publicaram, significando que para o próprio órgão, determinadas consultas sobre suas publicações são fatos novos (e surpreendedores).

17 Na Mensagem do Governador do Estado do Ceará (24), enviada à Assembléia Legislativa do Estado, em 1980, encontra-se o item referente a: ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E GOVERNAMENTAIS. Aí, ao tratar da Imprensa Oficial, o documento apresenta dois quadros onde está descrita a produção de impressos da IOCE em 1980, por áreas.

No primeiro quadro: impressos oficiais, isto é, Diário Oficial do Estado. Esse Diário, em 1980, foi publicado 498 vezes, em um total de 578.600 páginas.

No segundo quadro: impressos em geral; incluem-se todas as publicações de natureza técnica, cul

Dos cinco órgãos que editam lista de suas publicações, somente um faz distribuição ampla da mesma. Isso é muito irrisório e insignificante na representatividade do controle bibliográfico das publicações oficiais do Estado do Ceará.

Também não existe, no Estado do Ceará, uma sistemática de depósito das publicações oficiais em uma determinada biblioteca. Com isso, apenas sete órgãos (17,95%) enviam suas publicações em depósito para uma biblioteca da cidade de Fortaleza — sede de todos os órgãos do Poder Executivo do Estado do Ceará — por eles escolhida.

tural, etc., editadas pelos diversos órgãos, conforme abaixo se vê.

| ESPECIFICAÇÃO | EXEMPLARES (Nº) |
|--|-----------------|
| Títulos técnicos e didáticos | 326.070 |
| Outros títulos culturais | 102.850 |
| Jornais de informação e de opiniões | 421.750 |
| Publicação "Ação-Realização-Mobilização" | 32.000 |
| TOTAL | 882.670 |

Essas informações depõem contra os órgãos e contra a própria Administração Pública executiva estadual, uma vez que vários dos órgãos pesquisados endossaram várias razões porque deve existir uma biblioteca depositária de publicação oficial do Estado (Tabela 14).

TABELA 14

Razões favoráveis à existência de biblioteca depositária de publicações oficiais em Fortaleza

| RAZÕES DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À EXISTÊNCIA DE BIBLIOTECAS DEPOSITÁRIAS | NÚMERO DE ÓRGÃOS | |
|--|------------------|----------|
| | ABSOLUTO | RELATIVO |
| Reúne os documentos em local único | 32 | 82,05 |
| Facilita o conhecimento dos trabalhos publicados por órgãos estaduais | 33 | 84,61 |
| Pode representar economia para o Estado | 20 | 51,28 |
| Facilita a execução de qualquer pesquisa bibliográfica | 34 | 87,17 |
| Publicações têm tratamento biblioteconômico uniforme | 24 | 61,53 |
| Preserva produção intelectual de órgãos extintos | 29 | 74,35 |

39 = 100%

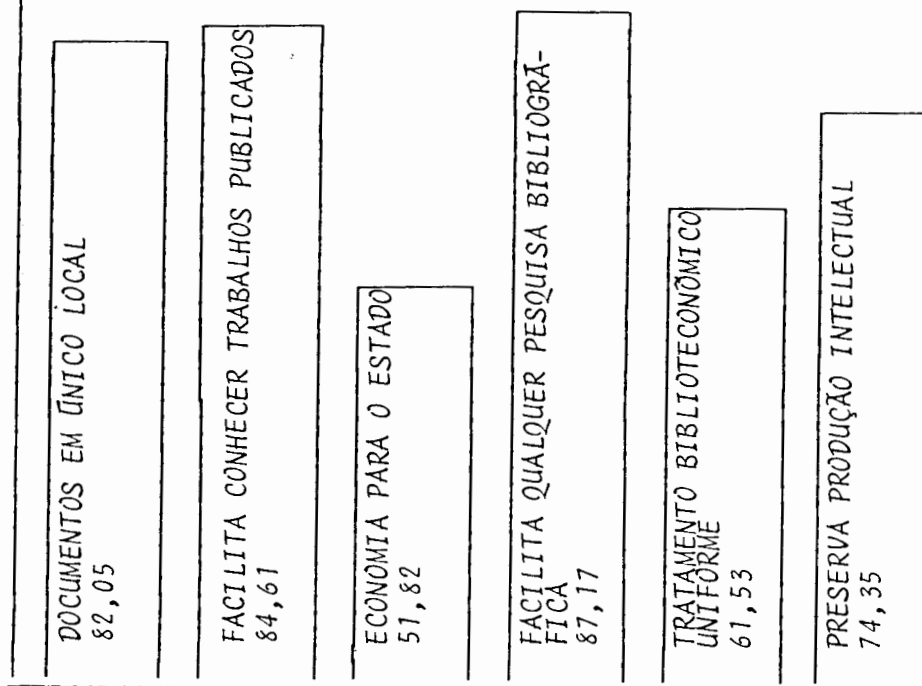
O Gráfico 7 mostra claramente que grande número de órgãos foi unânime em aceitar certos papéis da Biblioteca depositária. Merece destaque, entretanto, o fato de que um número mais reduzido de órgãos aceitou a idéia de que a Biblioteca depositária representa economia para o erário público.

GRÁFICO 7

Proporção de órgãos que apresentam razões para a existência de bibliotecas depositárias no Ceará

100

0



7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Este estudo procurou mostrar a situação em que se encontra a editoração oficial no Estado do Ceará. Para isso, foi realizada uma análise da literatura sobre Publicações Oficiais, uma investigação da legislação do Estado do Ceará e uma pesquisa de campo com o intuito de verificar o estágio de desenvolvimento da editoração das publicações oficiais dos órgãos públicos do Poder Executivo deste Estado. É claro que o assunto não se limita apenas ao que foi explorado e possivelmente a leitura do trabalho suscitará muitas dúvidas cuja averiguação numa outra pesquisa, ou em outras pesquisas, será por demais salutar. Por isso mesmo, além da conclusão, também são apresentadas sugestões com algumas idéias que futuramente possam ser postas em análise.

Os resultados alcançados com a aplicação da pesquisa atenderam certas expectativas do pesquisador, corroborando seus pontos de vista quanto ao desenvolvimento do processo de editoração das publicações oficiais do Estado do Ceará. Esses resultados foram, ainda, suficientes para permitir a aceitação da hipótese apresentada para estudo. Com isso, fica evidenciada a necessidade do Estado do Ceará vir a criar mecanismos de centralização da editoração de suas publicações oficiais, ao nível administrativo.

7.1. Conclusões

Todo o conjunto de informações obtido e tratado ao correr do trabalho apresenta fatos que no dia-a-dia parecem não interferir na atuação das repartições estaduais, justamente por ser a preocupação com a editoração oficial uma preocupação menor. Porém nas bibliotecas daquelas e de outras entidades ou mesmo em bibliotecas de organizações particulares, bibliotecários e documentalistas têm suas atividades aumentadas na proporção em que os problemas de apresentação gráfica e de normalização bibliográfica das publicações não foram solucionados no momento devido. Essa sobrecarga de tarefas na maioria das vezes impede que os bibliotecários se libe-rem para outras atividades e por conseguinte coloca em risco um dos mais caros pressupostos da bibliote-ca ou setor de documentação: a rapidez na prestação da informação.

Publicações oficiais que apresentam títulos de capa diferentes dos consignados na folha de rosto, que apresentam títulos com erros de lin-guagem, que não determinam claramente o editor, que são difíceis de se obter por não serem divulgados, que são impossíveis de obtenção por terem suas ti-ragens rapidamente esgotadas em virtude de falha na distribuição, são mais norma que exceção. Mais que o editor privado, o editor oficial brasileiro tem demonstrado amadorismo e até descaso pelas suas pu-blicações. E no Estado do Ceará esse comportamento não é diferente.

Os dados obtidos na pesquisa de campo indicam a verdade destes fatos. Porém o mais grave é que o serviço público estadual, no Ceará, cresceu muito nos últimos anos, sem atentar para o aperfeiçoamento dos mecanismos de editoração. A editoração oficial neste Estado é uma tarefa de todos: do bibliotecário, do jornalista, do economista, do agrônomo e demais pessoas ou profissionais que se interessam em ver impressos seus trabalhos. Mais que amadorista a tarefa é passional. O tratamento de originais não é dado a um técnico em editoração, mas ao autor do trabalho. Isto gera a pobreza dos projetos gráficos, as falhas de impressão, os erros de distribuição, a ausência do controle bibliográfico, a inexistência da biblioteca depositária e a sobrecarga de trabalho dos bibliotecários e documentalistas que recebem algumas dessas publicações em suas organizações.

Assim, não existindo uma máquina ou uma política de editoração de publicações oficiais, pode-se concluir que ninguém em qualquer época mostrou aos administradores públicos esse elenco de falhas e solicitou a imposição de mecanismos reitores da atividade ou se fez e continua a existir tal estado de coisas, pode-se concluir pela omissão da administração pública.

Na verdade, o Estado do Ceará não dispõe de uma legislação própria sobre a execução de sua programação editorial e a que mais se aproxima objetiva

impor um monopólio estatal da impressão gráfica. Isto é compreensível dentro de uma perspectiva histórica, a qual mostra que o aperfeiçoamento dos mecanismos de atuação do Estado o levam a seguir este caminho, conforme foi observado na revisão da literatura. Entretanto, numa postura administrativa moderna é clara a verificação de que o sistema de centralização gráfico-impresor é falho. Falho porque não contempla os mecanismos de editoração, conseqüentemente dificultando o tratamento biblioteconômico das publicações e sua acessibilidade, justo na era da UAP (Disponibilidade Universal de Publicações), programa criado em boa hora pela Unesco.

Ao correr da pesquisa verificou-se que a maioria dos órgãos acha valiosa a existência de política de editoração, porém poucos deles transformaram essa preocupação em fato. Isto é, a teoria ou intenção não custa dinheiro, sacrifício ou argumentos, coisas que são necessárias para a implantação e desenvolvimento de uma política de editoração, por exemplo, que exigiria quadros profissionais técnicos, condições materiais de trabalho e a aceitação de normas sempre difíceis de introdução em meios já há muito viciados em práticas erradas. É evidente que tudo isso seria necessário, principalmente em relação ao Estado do Ceará, onde o pessoal especializado nesta área é diminuto e certos profissionais, como bibliotecários, que podem prestar colaboração na área de editoração, eventualmente, ou nunca, são consultados. Com isso, a produção do livro na gráfica oficial é desassistida

de um profissional competente no ramo ou mesmo com conhecimento relativamente significativo em editoração.

Um ponto de bastante gravidade identificado na pesquisa foi no âmbito da distribuição bibliográfica. Para as publicações oficiais do Estado do Ceará inexiste um sistema coerente de distribuição. Quando é feita com alguma orientação, ocorre na forma de doação e quase exclusivamente de órgão para órgão. Isso, evidentemente, impossibilita o acesso do público, caso que não aconteceria com tal agudeza se as publicações fossem postas à venda, mesmo que a preços subsidiados.

Outro empecilho na distribuição das publicações, dificultando o acesso do público e mesmo das bibliotecas, é a ausência de controle bibliográfico. A falta desse mecanismo de divulgação caracteriza grave falha no sistema de editoração, pois se torna imprescindível para a manutenção da dinâmica dos órgãos públicos fazerem-se conhecidos em suas realizações, justificarem seus gastos perante os contribuintes, bem como levarem os resultados de suas pesquisas para a sociedade e para os meios intelectuais e culturais, elevando assim o nível de conhecimento técnico e científico do país. De outro lado, o controle bibliográfico, utilizado como mecanismo de divulgação, poderá evitar duplicação de pesquisas, pela rapidez de transmissão do que foi publicado em restritas áreas do saber.

Verificou-se que poucos órgãos fazem o depósito de suas publicações em uma biblioteca na cidade sede dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Ceará: Fortaleza. E isso ocorre pela ausência de qualquer imposição oficial, em primeiro lugar e em segundo lugar pelo fato da atividade de editoração oficial no Estado ser totalmente amadora, conforme já se ressaltou. O próprio órgão editor, geralmente não encontra razões para elegar uma biblioteca depositária para suas publicações. Não ocorre, verdadeiramente, uma preocupação com o futuro da publicação. A divulgação do livro, mesmo falha e equívoca, é entendida como sua remessa para pessoas ou entidades que atuam na área de assunto naquele momento. A preservação de fontes, o fortalecimento do acervo histórico ou mesmo a reunião de acervo bibliográfico num único local, ainda não é uma prática corrente entre os que fazem a editoração das publicações oficiais neste Estado.

A literatura sobre publicações oficiais faz crer que os governos têm desejo de centralizar seus mecanismos de editoração. Observa-se, nesta literatura, que quanto mais o país é avançado cultural e economicamente, mais aperfeiçoados são os mecanismos de editoração oficial e isso materializa-se pela existência de uma preocupação constante da administração pública, na renovação dos procedimentos editoriais, no aperfeiçoamento artístico do impresso - com o conseqüente avanço do pessoal, no aperfeiçoamento dos instrumentos de normalização bibliográfica, no desenvolvimento dos

meios e recursos de controle bibliográfico, na evolução dos instrumentos de distribuição, na criação de bibliotecas depositárias.

A administração pública do Estado do Ceará deve conscientizar-se da necessidade de criar condições para a estruturação de um setor de editoração oficial, reservando à IOCE o seu papel cronológico de segunda etapa na produção do livro.

7.2. Sugestões

É importante que se analise o fato de que a centralização pode ser realizada através de uma norma legislativa ou pela criação de uma instituição, como foi estabelecido na definição de termos. Para que essa centralização venha a ser eficaz através de uma norma legislativa, ela deverá considerar os padrões de normalização bibliográfica já recomendados por entidades brasileiras e estrangeiras, bem como considerar a existência de pessoal especializado em editoração nos diversos órgãos. Em relação à criação de uma instituição, há certos fatores a serem considerados: 1) Vinculação administrativa; 2) Poder decisório; 3) Corpo diretivo; 4) Corpo executivo; 5) Relacionamento com os demais órgãos; 6) Autonomia financeira; etc.

Uma possibilidade prática seria a criação de um departamento de editoração junto à Imprensa Oficial, o qual cuidaria de todos os aspectos da editoração, cabendo à Imprensa Oficial a parte de impressão. Essa é, entretanto, uma possibilidade a ser largamente estudada para, em caso de adoção, evitar futuros possíveis atritos entre editoria e produção gráfica.

Tendo em vista o exposto acima, sugere-se:

1) Que o Governo do Estado do Ceará mande proceder estudos e análises a respeito da editoração oficial do Estado, com vistas a encontrar soluções para os problemas identificados na pesquisa;

2) Que pesquisas sejam realizadas com o objetivo de descobrir as motivações que levam os órgãos públicos à apresentação de impressos de má qualidade editorial;

3) Que estudos sejam feitos com o objetivo de descobrir o grau de acessibilidade das bibliotecas de qualquer categoria às publicações oficiais;

4) Que estudos sejam realizados com o objetivo de descobrir se as publicações oficiais são tratadas, dentro das bibliotecas, como as demais publicações ou se as mesmas recebem um tratamento técnico biblioteconômico diferenciado;

5. Que pesquisas objetivem, sobretudo, identificar meios pelos quais a população possa ter mais acesso às publicações oficiais;

6. Que investigações sejam realizadas com o objetivo de descobrir o nível de utilização das publicações oficiais por parte dos órgãos que as recebem;

7. Que pesquisas sejam realizadas com vistas à descoberta da relação entre o custo e o benefício da distribuição das publicações oficiais por um órgão e sua utilização por outro órgão.

8. BIBLIOGRAFIA

- 1 ANDRIOT, John L. -ed. Guide to United States government publications 1978-1979. McLean, Va., Documents Index, 1979. 3 v.
- 2 ASLIB PROCEEDINGS. European official publications. London, v. 26, n. 7/8, July/Aug. 1974. Editor: John E. PEMBERTON.
- 3 ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras. Cabeçalhos uniformes: Governo do Distrito Federal. Brasília, 1978. 116 p.
- 4 _____. Manual de normas mínimas de editoração para publicações oficiais. Brasília, 1978. 33 p.
- 5 _____. _____. ed. revista. Brasília, 1980. 55 p.
- 6 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas ABNT sobre documentação. Ed. atual. pela Comissão de Estudos de Documentação CB-14. v.1 Rio de Janeiro, 1978. 58 p.
- 7 THE AUSTRALIAN LIBRARY JOURNAL, v.1., n.1, 1951.
Consultados: v. 13 ao 19. Seção: Government Publications.
v. 24(9/10) e ss. Seção: Government publications Grapevine.
- 8 BARBOSA, Luís Mauro et alii. Normas para a publicação de folhetos educativos; proposta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 265-269.

- 9 E 9 BARRET, William J. The depository library program. Wilson Library Bulletin, Bronx, N. Y., 54(1):31-35, Sept. 1979.
- 10 E 10 BARROS, Benedito Ferri de. O renascimento liberal (1a. parte). Visão, São Paulo, 30(23):68-71, 8 jun. 1981.
- 11 11 _____ . (2a. parte) Visão, São Paulo, 30(24):68-70, 15 jun. 1981.
- 12 12 BECHARA, Dennis. Procura-se: um governo eficiente. Visão, São Paulo, 30(25):76-79, 22 jun. 1981.
- 13 13 BEMQUERER, Mozart Baptista. Problemas de editoração, divulgação, distribuição e comercialização das publicações do Ministério da Educação e Cultura. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 4(1):13-23, jan./jun. 1976.
- 14 E 14 BERRY, Paul L. United States and Canadian government documents on microforms. Library Resources & Technical Services, Chicago, 5(1):60-67, Winter 1961.
- 15 15 BERTALAN, Frank J. Selection and reference use in the special library. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):143-156. July 1966.
- 16 16 BONN, G. S. Notes about a course in government publications. Journal of Education for librarianship, State College, Pa., 6(1):3-7, Summer 1965.
- 17 17 BROCK, Clifton. The quiet crisis in government publishing. College and Research Libraries, Chicago, 26(6):476-489, Nov. 1965.
- 18 18 BRODIN, Eric. Suécia; estado previdenciário, um paraíso perdido. Visão, São Paulo, 30(45):70-73, 9 nov. 1981.

- 19 BUCKLEY, Carper W. Implementation of the Federal depository library Act of 1962. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):27-36, July 1966.
- 20 BUCKLEY JR., Francis J. Library, publishing, and information interests tangle on title 44. American Libraries, Chicago, 10(8):453, Sept. 1979.
- 21 BUONOCORE, Domingo. Elementos de bibliotecologia. 3. ed. reformada. Santa Fe, Castellvi, 1952. 583 p.
- 22 CARVALHO, Miriam Rejowski de & SOUZA, Rosa Maria Villares de. Editoração de trabalhos técnico-científicos; lista de normas nacionais e estrangeiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 349-372.
- 23 _____. Publicações técnico-científicas no IPT; aspectos estruturais e normativos. Brasília, 1981. 30 p.
- 24 CEARÁ. Governador (Távora). Mensagem à Assembléia Legislativa; abertura da Sessão Legislativa. Fortaleza, 1981. 149 p.
- 25 CEARÁ. Leis, decretos, etc. Decreto nº 11.560, de 14 de novembro de 1975. Diário Oficial do Ceará, Fortaleza, 17 nov. 1975. p. 9712. Dispõe sobre as atividades editoriais da Imprensa Oficial do Ceará - IOCE, e dá outras providências.
- 26 _____. Decreto nº 12.540, de 04 de novembro de 1977. Diário Oficial do Ceará, Fortaleza, 04 nov. 1977, nº 12.217, pt. 1, p. 3. Regulamenta o art. 14 da Lei nº 9.950, de 14 de outubro de 1975, e dá outras providências.

- 27 CEARÃ. Leis, decretos, etc. Ementário de leis e decretos estaduais 1975-1976. Fortaleza, Secretaria de Administração, 1977.
- 28 _____. Lei nº 1.112, de 11 de outubro de 1933. In: CEARÃ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Coordenadoria de Modernização Administrativa. Coleção da legislação institucional dos órgãos do poder executivo. Fortaleza, 1980. v. 1
- 29 _____. Lei nº 9.950, de 14 de outubro de 1975. In: CEARÃ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Coordenadoria de Modernização Administrativa. Coleção da legislação institucional dos órgãos do poder executivo. Fortaleza, 1980. v. 1
- 30 _____. Leis estaduais, 1970-1979. Fortaleza, Secretaria de Administração, s.d. 6 v.
- 31 CEARÃ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Coordenadoria de Modernização Administrativa. Coleção da legislação institucional dos órgãos do poder executivo. Fortaleza, 1980. 2 v.
- 32 CEARÃ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Coleção da legislação institucional dos órgãos do poder executivo (incluindo as estruturas organizacionais formais, organogramas e o ementário da legislação administrativa correspondente) Fortaleza, IPLANCE, 1978. 2 v.
- 33 CHAVES, Antonio. Direitos e deveres do autor e do editor da obra literária. Curitiba, 1979. 23 p.
- 34 CHERNS, J. Government publishing: an overview. IFLA Journal, München, 4(4):351-359, 1978.

- 35 CHILDS, James B. Bibliographic control of Federal, State and Local documents. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):6-26, July 1966.
- 36 _____. Official documents. In: ENCYCLOPEDIA of library and information science. New York, Marcel Dekker, 1977. v. 20. p. 335-338.
- 37 CLARKE, Norman F. Cataloging, classification and storage of government publications when incorporated into the general library collection. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):58-71, July 1966.
- 38 CLEMENT, Liliane. Official publications of the Grand Duchy of Luxembourg. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):320-337, July/Aug. 1974.
- 39 COLLECTIONS of official publications in Canada. Research collections in Canadian Libraries. Ottawa, National Library of Canada, 1976. 888 p. (Social Studies, 5)
- 40 CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. 379 p.
- 41 _____. Conclusões do 1. CBP. s. n. t. 3 f.
- 42 COSTA, Geraldo Jesuino da. Uma política editorial para as Universidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE GRÁFICAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Fortaleza, 1980. Anais. Fortaleza, UFC, 1981. p. 43-54.

- 13 CROWERS, Clifford P. Conclusions. Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):147-149, Jan./Apr. 1974.

. Introduction. Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):1-5, Jan./Apr. 1974.

CRUZEIRO, Maria Manuela. As normas portuguesas relacionadas com a edição de textos. Princípios de cooperação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 213-232,

CUNHA, Inácia Rodrigues dos Santos. A divulgação de publicações oficiais. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 4(1):55-70, jan./jun. 1976.

DALTON, Phyllis I. et alii. Government and foundation publishing. Library Trends, Champaign, Ill., 7(1):116-133, July 1958.

DARLING, Richard L. Selection and reference use in the school library. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):87-92, July 1966.

DIÁRIOS oficiais: minuta de proposta para o item 3 do manual de normas mínimas de editoração de publicações oficiais / 1º, 2º e 3º seminários sobre publicações oficiais brasileiras, conclusões, recomendações. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional/Associação de Bibliotecários do Distrito Federal. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, 1979.

DIAS, José Hugo de Medeiros. Exigências e procedimentos postais para as publicações oficiais. Curitiba, 1979. 7 f.

- 51 DIÓGENES, Luciano. -ed. Personalidades do Ceará - 1981.
s. n. t. 317 p.
- 52 DIREITO autoral/ Normas legais e projetos em tramitação no Congresso Nacional. Contribuição da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ao 3º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras. Brasília, 1979. 86 p.
- 53 DOMINGUES, Carlos Vasconcelos. As empresas públicas e seu controle: análise comparativa. Planejamento, Salvador, 2(5/6):531-544, set./dez. 1974.
- 54 DOWNEY, James A. U. S. Federal official publications: the international dimension. Oxford, Pergamon Press, 1978. 352 p. (Guides to Official Publications, 2)
- 55 DOWNS, Robert B. Government publications on American Libraries. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):178-194, July 1966.
- 56 DREXEL LIBRARY QUARTERLY. Policies and practices in the bibliographic control of United States government publications, v. 10, n. 1/2, Jan./Apr. 1974. Editor: Clifford P. CROWERS.
- 57 DUARTE, Emeide Nóbrega & DUARTE, Maciel Nunes. Sondagem da padronização de dissertações; trabalho realizado na Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias da UFPB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 323-328.
- 58 EJLERTSEN, Rita. Danish official publications. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):282-286, July/Aug. 1974.

- 59 ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE GRÁFICAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Fortaleza, 1980. Anais. Fortaleza, UFC, 1981. 63 p.
- 60 FASS, Evelyn M. Government information services: or, of needless and haystacks. Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):123-146, Jan./Apr. 1974.
- 61 FONSECA, João Bosco Leopoldino da. A empresa pública. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 15(58):93-112, abr./jun. 1978.
- 62 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos; um estudo de direito constitucional comparado. Rio de Janeiro, Forense, 1975. 177 p.
- 63 FRY, Bernard M. Government publications: their role in the national program for library and information services. Washington, D. C., National Commission on Library and Information Science, 1978.
- 64 GARDISER, Kathleen E. Commentary on collecting the elusive local document. Special Libraries, New York, 71(4):234-236, Apr. 1980.
- 65 GLUE, W. A. History of the Government Printing Office. Wellington, New Zealand Government Printer, 1966. 194 p.
- 66 GOVERNMENT PUBLICATIONS REVIEW; an international journal. 1974. Pergamon Press, Inc., Maxwell House, Fairview Park, Elmsford, New York.
- 67 GRAZIANI, Alberto. Italian official publications. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):313-319, July/Aug. 1974.

- 68 GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Brasil: uma reforma administrativa. Carta Mensal, Rio de Janeiro, 26(307):23-43, out. 1980.
- 69 GUIMARAES, Magda de Oliveira & BRANDÃO, Maria do Carmo Andrade. Sistema de publicações da Fundação João Pinheiro; experiência de organização e implantação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 329-344.
- 70 HARLESTON, Rebekah & STOFFLE, Carla J. Acquisitions. In: Administration of government documents collections. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1974. p. 49-77.
- 71 Administration of government documents collections. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1974. 178 p.
- 72 History and development of government publishing and depository systems. In: HARLESTON, R. & STOFFLE, Carla J. Administration of government collections. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1974. p. 11-18.
- 73 HARRINGTON, Michael. Australian state government publications: some problems of bibliographic control. Australian Academic and Research Libraries, Bundoora, 10(2):110-113, June 1979.
- 74 HEINRITZ, Fred J. The present state of the teaching of government publications in library schools. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):157-166, July 1966.

- 75 HERNON, Peter et alii. Municipal government reference sources: publications and collections. Bowker, 1978. 341 p.
- 76 _____. Municipal publications; their collection and use in reference service. Special Libraries, New York, 64(1):29-33, Jan. 1973.
- 77 HODUSKI, Bernardine E. The federal depository system: what is its basic job? Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):107-122, Jan./Apr. 1974.
- 78 HOLLAND, David. British official publications. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):274-281, July/Aug. 1974.
- 79 HONORÉ, Suzanne. French official publications. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):287-295, July/Aug. 1974.
- 80 _____. Las publicaciones oficiales: informe general de una encuesta. Washington, D. C., Union Panamericana, 1963. 37 p. (Cuadernos Bibliotecológicos, 17)
- 81 _____. Le réseau UAP et les publications officielles. IFLA Journal, München, 4(2):134-139, 1978.
- 82 HUTCHINS, M. Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas. Rio de Janeiro, FGV, 1973. p. 162-164.
- 83 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. Coordenadoria de Estatística e Informática. "Sala de situação"; um retrato sócio-econômico do Ceará e uma visão das ações governamentais. 'folder'

- 84 JEFFRIES, John. A guide to the official publications of the european communities. New York, 1978. 178 p.
- 85 JOHANSSON, Eve. Section on official publications. IFLA Journal, München, 5(3):234-235, 1979.
- 86 KAN, Lai-Bing. Present day publishing in Hong-Kong. Library Resources & Technical Services, Chicago, 22(1):47-60, Winter, 1978.
- 87 KOPISCHKE, John. State document depositories; Wisconsin outlines a new approach. Wisconsin Library Bulletin, Madison, Wi., 70(3):131-133, May/June 1974.
- 88 KOTAIT, Ivani. Editoresia científica. São Paulo, Ática, 1981. 116 p. (Ensaio, 70)
- 89 _____ et alii. Regras de apresentação das publicações do Instituto Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1979.
- 90 LANE, Margaret T. State documents checklists. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):117-134, July 1966.
- 91 LEAL, Maria Nelcy de Mendonça et alii. Publicações oficiais do Estado da Bahia. Salvador, 1979. 23 f.
- 92 LEIDY, W. Phillip. A popular guide to government publications. New York, Columbia University Press, 1953. 296 p.
- 93 _____ . 4.ed. New York. Columbia University Press, 1976. 440 p.

- 94 LEITE, Gervásio. Inexistência das fundações públicas. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 10(38):45-56, abr./jun. 1973.
- 95 LEWIS, Wellington H. The United States Government Printing Office today. Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):7-19, Jan./Apr. 1974.
- 96 LIBRARY TRENDS. Federal, State and Local Government publications. v.15, n.1, July 1966. Editor: Thomas Shuler SHAW.
- 97 LIMA, Rubem de Oliveira. Estatismo e intervenção do estado no domínio econômico. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 15(60):31-52, out./dez. 1978.
- 98 LOPES, Miraci Silva. Organização de um sistema gráfico-editorial para a Universidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE GRÁFICAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Fortaleza, 1980. Anais. Fortaleza, UFC, 1981. p. 26-34.
- 99 LUZ FILHO, Heitor. Controle financeiro das autarquias e empresas públicas. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 6(21):63-72, jan./mar, 1969.
- 100 MACEDO, Maria Ibiapina Cavaleiro de. Manual de editoração do IDESP. Belém, IDESP, 1981. 30 p.
- 101 MAHLER, Jeanne H. Selection and reference use in the public library. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):93-106, July 1966.
- 102 MALLABER, K. A. The sale catalogues of British government publications, 1836-1965. Journal of Librarianship, London, 5(2):116-131, Apr. 1973.

- 103 MALTBY, Arthur & MALTBY, Jean. Ireland in the nineteenth century; a breviat of official publications. Oxford, Pergamon Press, 1979. 269 p.
- 104 McKENNA, Brian. Irish official publications. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):304-312, July/Aug. 1974.
- 105 _____. Official publications of Northern Ireland. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):347-351, July/Aug. 1974.
- 106 MEURER, Carmen Torelly. A 'Library of Congress' e a aquisição de publicações oficiais brasileiras. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 4(1):201-212, jul./dez. 1976.
- 107 MEYRIAT, Jean. -ed. Étude des bibliographies courantes des publications officielles nationales (A study of current bibliographies of national official publications) Paris, Unesco, 1958. 260 p.
- 108 MOTA, Luiz de Gonzaga Fonseca. Apresentação I. In: CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Coordenadoria de Modernização Administrativa. Coletânea da legislação institucional dos órgãos do poder executivo. Fortaleza, 1980. v.1.
- 109 MOTTA, Fernando C. Prestes & PEREIRA, Luís C. Bresser. Introdução à organização burocrática. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 310 p.
- 110 NAKATA, Yuri et alii. -comp. Organizing a local government documents collection. Chicago, ALA, 1979. 61 p.
- 111 NEWSOME, Walter L. New guide to popular government publications: for libraries and home reference. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1978. 370 p.

- 112 NOGUEIRA, Otaciano. O projeto de microfilmagem dos Diários Oficiais da União. Uma tentativa de melhorar os padrões de divulgação dos atos oficiais da União a nível nacional. Brasília, 1979. 9 f.
- 113 NOIA, John de. -comp. A guide to the official publications of the other American Republics. v.3-Brazil. Washington, D. C., The Library of Congress, 1948. 223 p. (Latin American Series, 35)
- 114 OLTHERTEN, Th. H. Official national publications in Netherlands. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):338-346, July/Aug. 1974.
- 115 OMOERHA, Thompson. African government publications: problems of acquisition and organization. Libri, Copenhagen, 23(4):298-306
- 116 PALIC, Wladimir. Government publications: a guide to bibliographic tools. 4.ed. Washington, D. C., Library of Congress, 1975. 441 p.
- 117 PARISH, David W. Changes in American society, 1960-1978: an annotated bibliography of official government publications. Metuchen, N. J., Scarecrow, 1980. 478 p.
- 118 POOLE JR., Robert. (Entrevista) Despesas municipais: como reduzi-las. Visão, São Paulo, 30(46):94-96, 16 nov. 1981.
- 119 PROCEEDINGS of the reader assistance Seminar on Government Publications (University of New South Wales Library Staff Paper, 9) 1975.

- 120 REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. Boletim bibliográfico (um veículo para divulgação das atividades editoriais de cunho universitário) In: ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE GRÁFICAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Fortaleza, 1980. Anais. Fortaleza, UFC, 1981. p. 35-39.
- 121 REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA, Brasília, v.4, n. 1 e 2, jan./jun. e jul./dez. 1976.
- 122 RIBEIRO, Ângela Laje et alii. Proposta para normalização de teses. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1., São Paulo, 1981. Anais do Congresso Brasileiro de Publicações; promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), 05 a 10 de julho de 1981, São Paulo. São Paulo, FEBAB, 1981. p. 279-301.
- 123 ROBREDO, Jaime. Manual de editoração. Brasília, Associação de Bibliotecários do Distrito Federal/ INL, 1981. 158 p.
- 124 ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 2(1):1-14, jan./jun. 1974.
- 125 ROSAS, Roberto. Controle da administração indireta. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 15(57):61-68, jan./mar. 1978.
- 126 SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Publicações oficiais da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo, 1979. 49 p.
- 127 SCHELL, Mary. Acquisition, handling and servicing in state libraries. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):135-142, July 1966.

- 128 SCHORR, Alan Edward -comp. Government reference books 74/75; a biennial guide to U. S. Government publications. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1976. 263 p.
- 129 SCHWARZKOPF, Le Roy Charles. The monthly catalog and bibliographical control of U. S. government publications. Drexel Library Quarterly, Philadelphia, 10(1/2):79-105, Jan./Apr, 1974.
- 130 SCHREINER, L. M. Government publications in New Zealand libraries and the University of Oregon: a comparison. International Library Review, New York, 10(3):263-277, July 1978.
- 131 SCOTT, Peter. The present and future of government documents in microform. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):72-86, July 1966.
- 132 SEMINAR ON GOVERNMENT PUBLICATIONS, 9-10 Sept. 1978. Government publications. Hobart, Tasmanian College of Advanced Education. School of Librarianship, 1978.
- 133 SEMINARIO PRELIMINAR SOBRE DOCUMENTOS GUBERNAMENTALES AFRICANOS, Tanger (Marrocos), 8-10 junio 1976. Boletín de la Unesco para las bibliotecas, Paris, 31(1):63-64, ene./feb. 1977.
- 134 SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 1., Brasília, DF, 22-25 jul. 1975. Boletim ABDF, Brasília, jun. 1975.
- 135 _____. 2., Porto Alegre, RS, 04-08 jul. 1977. Boletim ABDF, Brasília, maio 1977.

- 136 SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 3., Curitiba, PR, 22-27 jul 1979. Boletim ABDF. Nova Série, Brasília, 2(3):5-10, jul./ago. 1979.
- 137 _____. 4., Brasília, DF, 27-31 jul. 1981 'folder'
- 138 _____. Conclusões (do 4º SPOB). s. n. t. 8 f.
- 139 SHAW, Thomas Shuler. Distribution and acquisition. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):37-49, July 1966.
- 140 _____. Library Associations and public documents. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):167-177, July 1976.
- 141 SIMS, Edith Marie. Selection and reference use in the college and university library. Library Trends, Champaign, Ill., 15(1):107-116, July 1966.
- 142 SOUZA, Francisco das Chagas de. Política editorial (de publicações oficiais?). Brasília, 1981. 11 f.
- 143 STEPANENKO, Alexis. Produção da informação formal/ apresentação da informação: problemas gráficos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., Rio de Janeiro, 1975. Anais. Rio de Janeiro, IBICT, 1978. v.1., p. 187-193.
- 144 STRAIN, Paula M. Title 44 revision. Special Libraries, New York, 71(1):55, Jan. 1980.
- 145 TITLE 44 due for House review. Library Journal, New York, 105(6):662-664, Mar. 15, 1980.

- 146 TRIPP, Pat. On the tracks of municipal government publications in Canada. Canadian Library Journal, Ottawa, 28(6):464-467, Nov./Dec. 1971.
- 147 VANWIJNGAERDEN, Frans. National official publications of Belgium. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):267-273, July/Aug. 1974.
- 148 VIEIRA, R. A. do Amaral. Redução dos custos gráfico-editoriais. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 8(32):113-158, out./dez. 1971.
- 149 VON MISES, Ludwig. Socialismo. Visão, São Paulo, 30(36):70-72, 7 set. 1981.
- 150 WESTFALL, Gloria. French official publications. Elmsford, N. Y., Pergamon Press, 1980. 209 p. (Guides to Official Publications, v. 6)
- 151 WILCOX, Jerome K. The acquisition of government publications. Library Trends, Champaign, Ill., 3(4):403-413, Apr. 1955.
- 152 ZOLLER-PHILIPS, Georgette. Official publications of the German Federal Republic. ASLIB Proceedings, London, 26(7/8):296-303, July/Aug. 1974.

9. A N E X O S

9.1 *Relação dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Ceará*

GOVERNADORIA

Casa Militar do Governo do Estado
Polícia Militar do Ceará
Assessoria Especial do Governador
Assistência Especial do Governador
Procuradoria Geral do Estado
Procuradoria Geral da Justiça
Serviço Estadual de Informações (SEI)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria de Administração
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Secretaria para Assuntos da Casa Civil
Secretaria para Assuntos Extraordinários
Secretaria para Assuntos Municipais
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Cultura e Desporto
Secretaria de Educação
Secretaria da Fazenda
Secretaria de Indústria e Comércio
Secretaria de Interior e Justiça
Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Secretaria de Planejamento e Coordenação
Secretaria de Saúde
Secretaria de Segurança Pública

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquias

Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza - AUMEF
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens - DAER
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC
Instituto de Terras do Ceará - ITERCE
Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
Superintendência do Desenvolvimento do Ceará - SUDEC
Superintendência de Obras do Estado do Ceará - SOEC

Empresas Públicas

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
Empresa Cearense de Telecomunicações - ECETEL
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará - EPACE
Imprensa Oficial do Ceará - IOCE
Serviço de Processamento de Dados do Ceará - SEPROCE

Sociedades de Economia Mista

Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A. - BANDECE
 Banco do Estado do Ceará S. A. - BEC
 Ceará Pescas S. A. - CEPESCA
 Central de Abastecimento do Ceará - CEASA
 Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
 Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário -
 CODAGRO
 Companhia de Desenvolvimento Industrial do Ceará - CDI
 Companhia de Eletrificação do Ceará - COELCE
 Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CE
 Consórcio Rodoviário do Ceará S. A. - CONROD
 Empresa Cearense de Turismo S. A. - EMCETUR

Fundações

Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA
 Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará -
 FADEC
 Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE
 Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas artificiais -
 FUNCEME
 Fundação Televisão Educativa do Ceará - FUNTELC
 Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região
 Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
 Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC
 Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE
 Fundação Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE
 Fundação de Saúde Pública do Ceará - FUSEC
 Fundação dos Serviços Sociais do Ceará - FUNSESCE

9.2 Ementário da Legislação de criação dos órgãos

Constituição política do Estado do Ceará, de 16 de junho de 1981, Artigo 40 - Cria a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça e a Secretaria dos Negócios da Fazenda.

Lei nº 1.112, de 11 de outubro de 1933. Cria a Imprensa Oficial do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lei nº 2.576, de 23 de julho de 1928. Cria a Secretaria de Polícia e Segurança Pública e dá outras providências.

Lei nº 2.706, de 25 de abril de 1955. Cria a Secretaria do Governo e Administração.

Lei nº 2.722, de 04 de outubro de 1929. Cria a Secretaria de Agricultura.

Lei nº 6.082, de 08 de novembro de 1962. Autoriza a constituição do Banco do Estado do Ceará - S. A. - BEC e dá outras providências.

Lei nº 6.083, de 08 de novembro de 1962. Cria a Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural - SUDEC, e dá outras providências.

Lei nº 6.085, de 08 de novembro de 1962. Cria a Secretaria do Trabalho e Ação Social; a Secretaria para Assuntos da Casa Civil e a Secretaria de Obras Públicas, Minas e Energia.

- Lei nº 8.422, de 03 de fevereiro de 1966. Cria a Secretaria de Planejamento e dá outras providências.
- Lei nº 8.429, de 03 de fevereiro de 1966. Autoriza a constituição da Ceará Pesca S. A. - Companhia de Desenvolvimento - CEPESCA e dá outras providências.
- Lei nº 8.541, de 09 de agosto de 1966. Cria a Secretaria de Cultura, e dá outras providências.
- Lei nº 8.543, de 10 de agosto de 1966. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma Sociedade de Economia Mista, denominada Companhia de Desenvolvimento Agropecuário - CODAGRO, e dá outras providências.
- Lei nº 9.108-A, de 27 de julho de 1968. Cria a Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará - FADEC, e dá outras providências.
- Lei nº 9.146, de 06 de setembro de 1968. Cria a Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará - FBEMCE, e dá outras providências.
- Lei nº 9.292, de 02 de julho de 1969. Organiza, como empresa Pública, o Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará - SEPROCE, dispõe sobre seu funcionamento, e dá outras providências.
- Lei nº 9.346, de 05 de dezembro de 1969. Autoriza a transformação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará - CODECO em Banco de Desenvolvimento do Ceará S. A. - BANDECE, dispõe sobre estímulos fiscais, e dá outras providências.

Lei nº 9.448, de 12 de março de 1971. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a promover a constituição e incorporação da Sociedade de Economia Mista que indica. Centrais de Abastecimento do Ceará S. A. - CEASA-CE.

Lei nº 9.450, de 14 de maio de 1971. Transforma em autarquia o Departamento Estadual do Trânsito (DETRAN-CE), dispõe sobre sua organização, e dá outras providências.

Lei nº 9.477, de 05 de julho de 1971. Organiza a Companhia de Eletricidade do Ceará - COELCE.

Lei nº 9.478, de 05 de julho de 1971. Cria o Consórcio Rodoviário do Ceará S. A. - CONROD-CE, institui o Fundo de Estradas Vicinais - FUNEVI, e dá outras providências.

Lei nº 9.497, de 20 de julho de 1971. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir a Fundação de Saúde do Estado do Ceará - FUSEC, e dá outras providências.

Lei nº 9.498, de 20 de julho de 1971. Cria a Superintendência de Obras do Estado do Ceará - SOEC.

Lei nº 9.499, de 20 de julho de 1971. Cria a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, e dá outras providências.

Lei nº 9.511, de 13 de setembro de 1971. Institui Órgãos destinados a realizar atividades turísticas no Ceará.

Lei nº 9.557, de 14 de dezembro de 1971. Cria a Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CE, e dá outras providências.

Lei nº 9.618, de 16 de setembro de 1972. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais - FUNCEME e dá outras providências.

Lei nº 9.781, de 29 de novembro de 1973. Dispõe sobre a autarquização da Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC.

Lei nº 9.800, de 12 de dezembro de 1973. Cria a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza - AUMEF, institui os conselhos que indica, e dá outras providências.

Lei nº 9.975, de 02 de dezembro de 1975. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar uma Empresa Pública, sob a denominação de Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará - EPACE, e dá outras providências.

Lei nº 10.017, de 16 de junho de 1976. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto de Planejamento do Estado do Ceará - IPLANCE, e dá outras providências.

Lei nº 10.029, de 06 de julho de 1976. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar uma Empresa Pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATER-CE, e dá outras providências.

Lei nº 10.077, de 30 de março de 1977. Lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

Lei nº 10.088, de 23 de maio de 1977. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma Sociedade de Economia Mista, denominada Companhia de Desenvolvimento Industrial do Ceará - CDI-CE, e dá outras providências.

Lei nº 10.110, de 23 de setembro de 1977. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, sob a forma de Fundação, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA-CE, e dá outras providências.

Lei nº 10.130, de 26 de outubro de 1977. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a constituir e organizar a Empresa Cearense de Telecomunicações - ECETEL, para explorar os Serviços Auxiliares de Radiodifusão, Repetição e Retransmissão de TV, e dá outras providências.

Lei nº 10.213, de 17 de novembro de 1978. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, sob a forma de Fundação, o Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC, e dá outras providências.

Lei nº 10.243, de 02 de fevereiro de 1979. Cria o Instituto de Terras do Ceará - ITERCE e estabelece outras providências.

Lei nº 10.249, de 14 de março de 1979. Faz alterações na Organização da Administração Estadual e estabelece outras providências. 'Cria as Secretarias de Comunicação Social e para Assuntos Extraordinários'

Lei nº 10.252, de 14 de março de 1979. Autoriza a criação da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará e estabelece outras providências.

Lei nº 10.262, de 18 de maio de 1979. Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE - em Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE, e dá outras providências.

Lei nº 10.264, de 22 de maio de 1979. Autoriza a criação da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará - FUNTELC e aprova o Estatuto.

Lei nº 10.293, de 13 de julho de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA", sob a forma de Fundação, e estabelece outras providências.

Decreto-Lei nº 1.440, de 12 de dezembro de 1.945. Cria a Secretaria de Educação e Saúde do Ceará.

Decreto-Lei nº 1.487, de 19 de outubro de 1946. Cria o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens do Estado do Ceará - DAER.

Decreto nº 196, de 05 de junho de 1891. Organiza a Justiça do Estado do Ceará. 'Procuradoria Geral da Justiça'

Decreto nº 390, de 10 de novembro de 1938. Cria o Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC.

Decreto nº 11.312, de 10 de junho de 1975. Define a estrutura básica da Secretaria para Assuntos Municipais e dá outras providências.



9.4 Questionário aplicado durante a pesquisa

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ

Fortaleza, de outubro de 1981

ASSUNTO: PESQUISA SOBRE EDITORAÇÃO
DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS
NO ESTADO DO CEARÁ.

(Questionário)

Para dar cumprimento a última etapa do seu Mestrado em Biblioteconomia, na Universidade Federal de Minas Gerais, Francisco das Chagas de Souza, Bibliotecário desta Fundação Instituto de Planejamento do Ceará, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, solicita de V. Sa. a fineza de responder ao questionário, em anexo.

Sua resposta é muito valiosa e só ela permitirá ao solicitante elaborar sua dissertação. O autor da tese compromete-se a utilizar os dados exclusivamente para as finalidades aqui explicitadas.

Certo de sua valiosa colaboração, subscrevo-me

Atenciosamente,

GINETON DANTAS QUETROZ
Subsecretário Administrativo

INSTRUÇÕES

Antes da leitura e resposta ao questionário, pedimos que V. Sa. observe as instruções abaixo, pois acreditamos que ajudarão em sua resposta.

- a. Os enunciados em destaque (A, B, C, D e E), objetivam fornecer uma informação para ajudá-lo (a) a ter uma idéia clara sobre o que a pesquisa pretende alcançar;
- b. Com exceção das perguntas dicotômicas (SIM e NÃO), todas as demais admitem mais de uma resposta;
- c. Observe as frases guias (ex: SALTAR para...). Seguindo-as V. Sa. terá menos trabalho para resposta, economizando seu precioso tempo;
- d. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas como o aplicador do questionário.

MUITO OBRIGADO.

QUESTIONÁRIO

A. Considerando que, nesta pesquisa, Política de Editoração diz respeito às diretrizes de produção de livros no aspecto material (o livro em si) e sua difusão; POR FAVOR responda:

1. Este órgão possui uma política própria de editoração de publicações?
 SIM NÃO
 Resposta NÃO, saltar para questão 3
2. Esta política está consubstanciada em:
 a. Norma
 b. Portaria
 c. Manual de Serviço
 d. Um Departamento Editorial
3. O (A) Senhor (a) vê validade na existência de uma política de editoração?
 SIM NÃO
 Resposta NÃO, saltar para questão 20

4. A política de editoração deve existir para:
- a. Uniformizar a apresentação das publicações ()
 - b. Baratear custos de impressão ()
 - c. Atender recomendação de órgãos normalizadores (ex: Associação Brasileira de Normas Técnicas) ()
 - d. Atender recomendação do Governo do Estado ()
 - e. Nenhum dos casos acima ()
 - f. Outros: Especificar _____
- _____
- _____
- _____

B. Se considerar-se que uma equipe especializada em técnica de editoração deve ser composta, entre outros profissionais, por: Técnico Gráfico, Revisor de Textos e Bibliotecário; POR FAVOR responda:

5. O órgão mantém equipe especializada para desenvolver sua política de editoração?
- () SIM () NÃO

Resposta SIM, saltar para questão 7

6. O órgão dispõe de quais dos seguintes profissionais:
- a. Bibliotecário
 - b. Revisor de Textos
 - c. Técnico Gráfico
 - d. Nenhum dos acima citados

Resposta BIBLIOTECÁRIO, saltar para questão 8

Resposta NENHUM DOS ACIMA CITADOS, saltar para
questão 11

7. Há quanto tempo a equipe de editoração está constituída?
- a. Hum ano
 - b. Dois anos
 - c. Menos de hum ano
 - d. Mais de dois anos

Saltar para questão 11

8. O Bibliotecário desempenha algum papel na editoração?
 SIM NÃO

Resposta NÃO, saltar para questão 10

9. Quais das tarefas abaixo o bibliotecário executa?
- a. Prepara folha de rosto ()
 - b. Prepara sumário ()
 - c. Prepara bibliografia ()
 - d. Prepara índice analítico ()
 - e. Sugere modificação na apresentação de certas informações no texto (ex: numeração de tabelas) ()
 - f. Indica os tipos e tamanhos de corpos para a composição do impresso ()
 - g. Faz revisão de provas dos originais em impressão ()
 - h. Outras: Especificar _____

Saltar para questão 12

10. O Bibliotecário não executa nenhuma tarefa na editoração:
- a. Por não ser procurado ()
 - b. Por não se interessar pelo assunto ()
 - c. Por não contar com o interesse dos outros técnicos e/ou administradores ()
 - d. Por prejudicar suas atribuições na biblioteca ()
 - e. Rejeitou o encargo, sem justificar-se ()
 - f. Outros motivos: Especificar _____

C. Considerando ser o controle qualitativo da Produção Impressa a fase de acompanhamento da Produção do Livro; POR FAVOR responda:

11. A equipe de editoração acompanha junto à IOCE a produção do livro ou de qualquer outro impresso?
 SIM NÃO
12. O bibliotecário faz o acompanhamento da produção do livro ou de qualquer outro impresso junto à IOCE?
 SIM NÃO
13. Em caso positivo: a. Integralmente
 b. Parcialmente
14. As regras para esse acompanhamento estão previstas na política de editoração do órgão?
 SIM NÃO
15. Em caso negativo: a. Foram elaboradas depois
 b. Não existem

16. Através do acompanhamento da produção do livro são verificados cuidadosamente os itens:

- a. Capa ()
- b. Folha-de-rosto ()
- c. Título ()
- d. Sumário ()
- e. Paginação ()
- f. Lombada ()
- g. Normalização ()
- h. Texto ()

17. Ao verificar-se a existência de erros ou informações incompletas no livro ou outro impresso produzido, que decisão o órgão toma:

- a. Devolve à IOCE para corrigir ()
- b. Devolve à IOCE para completar ()
- c. Devolve à IOCE para refazer ()
- d. Não devolve, mas apresenta o problema ()
- e. Não devolve, nem reclama do problema ()

18. Em caso de erro tipográfico é preparada ERRATA?

- () SIM () NÃO

19. Quem prepara as Erratas?

- a. O Bibliotecário ()
- b. O Técnico (autor) que elaborou o trabalho ()
- c. O datilógrafo ()
- d. A Secretária do Diretor ()

D. Considerando ser a Distribuição de Publicações a fase terminal do Processo Editorial, isto é, a difusão do livro; POR FAVOR responda:

20. O órgão distribui suas publicações?
 SIM NÃO
21. O órgão possui uma Política definida de Distribuição de Publicações?
 SIM NÃO

Resposta NÃO, saltar para questão 23

22. Esta política está consubstanciada em Portaria, Resolução ou documento assemelhado, emitido pelo órgão?
 SIM NÃO
23. Quem recebe as publicações do órgão?
- a. Pessoas individuais
 - b. Entidades
 - c. Não há controle

Resposta NÃO HÁ CONTROLE, saltar para questão 25

24. Os receptores das publicações são cadastrados?
 SIM NÃO

25. Há alguma forma de contato com esses receptores?
- a. Através de cartão para acusar recebimento de publicação ()
 - b. Através de correspondência periódica sobre manutenção de interesse em relação a determinada publicação ou área de assunto ()
 - c. Outra: Especificar _____

26. O cadastro é atualizado:
- a. Através de indicação de outros receptores ()
 - b. Por contato dos próprios receptores ()
 - c. Através de catálogos de endereços ()
 - d. Outro meio: Especificar _____

27. A distribuição é realizada por que meio?
- a. Venda ()
 - b. Doação ()
 - c. Permuta ()
 - d. Pela combinação de:
 - 1. venda e doação ()
 - 2. venda e permuta ()
 - 3. doação e permuta ()

28. Quem recebe prioritariamente as publicações do órgão?
- a. Órgão públicos do Estado do Ceará ()
 - b. Órgãos públicos dos Estados do Nordeste ()
 - c. Órgãos públicos de todos os Estados ()
 - d. Órgãos públicos federais ()
 - e. Técnicos cearenses ()
 - f. Técnicos de outros Estados ()
 - g. Não há ordem de prioridade ()

E. Tendo em vista que o Controle Bibliográfico permite o completo conhecimento do que foi publicado por cada órgão e por todos os órgãos, possibilitando uma visão total da produção intelectual emanada dos órgãos estaduais; POR FAVOR responda:

29. O órgão edita lista de suas publicações?
 SIM NÃO

Resposta NÃO, saltar para questão 34

30. Esta lista é distribuída amplamente?
 SIM NÃO

31. A lista contém:
- a. São publicações avulsas (livros e folhetos) ()
 - b. São publicações periódicas ()
 - c. Todas as publicações de determinado período cronológico ()
 - d. Todas as publicações já editadas pelo órgão ()
32. Com que periodicidade a lista é publicada?
- a. Uma vez por semestre ()
 - b. Uma vez por ano ()
 - c. Uma vez por mês ()
 - d. Uma vez por trimestre ()
 - e. Com periodicidade incerta ()
33. Há convênios com outros órgãos para a publicação da lista, em conjunto?
- () SIM () NÃO
34. O órgão deposita suas publicações em alguma biblioteca da cidade?
- () SIM () NÃO
35. O órgão deposita suas publicações em sua biblioteca, apenas?
- () SIM () NÃO
36. O órgão possui biblioteca?
- () SIM () NÃO
37. O órgão possui uma relação ou guarda tudo o que publicou?
- () SIM () NÃO

38. O (A) Senhor (a) acha válido a existência de Biblioteca Depositária na cidade, tendo em vista que:
- a. Reúne todos os documentos publicados pelo Estado, num único local ()
 - b. Facilita o conhecimento sobre o que foi publicado pelos órgãos do Estado ()
 - c. Pode ser considerado como um elemento de economia para o Estado ()
 - d. Facilita qualquer tipo de pesquisa ()
 - e. As publicações recebem um tratamento biblioteconômico uniforme ()
 - f. Em caso do órgão publicador vir a ser extinto sua produção intelectual ficará preservada ()
 - g. Outros motivos: Especificar _____

MUITO OBRIGADO, POR SUA VALIOSA COLABORAÇÃO !

Órgão _____

Respondente _____

Cargo ou função _____